



INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DE 23 DE ABRIL DE 2013



Horário: 9h00

Local: R. Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Vila Bela Cintra, em Várzea Paulista (SP)

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
2. Comentários dos Diretores	4
3. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	5
4. Edital de Convocação	6
5. Assembleia Geral Ordinária	7
a) Balanços Patrimoniais, demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012	7
b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2012 e ratificação da distribuição do dividendo prioritário mínimo anual às ações preferenciais.....	7
c) Fixação do número de membros e eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração	7
d) Fixação da verba destinada à renumeração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria	8
6. Assembleia Geral Extraordinária	9
I) Aumento do capital social mediante capitalização de reservas.	9
II) Alteração Estatutária.....	9
ANEXO I – Modelo de Procuração	10
ANEXO II – Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480	12
ANEXO III – Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481	27
ANEXO IV – Itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480	32
ANEXO V – Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480	42
ANEXO VI – Anexo 14 da Instrução CVM 481	52
ANEXO VII – Estatuto Social Consolidado com as alterações propostas	55

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

São Paulo, 22 de março de 2013.

Prezado Acionista,

A ELEKEIROZ é uma empresa brasileira, de capital aberto, com relevante atuação na produção de intermediários químicos para uso industrial. Como integrante do Conglomerado Itaúsa, a Companhia acumula uma experiência única e pioneira no desenvolvimento e produção de insumos químicos em seus mais de 118 anos de história, com destaque:

- no mercado brasileiro: é a maior produtora de intermediários químicos de uso industrial nos segmentos em que atua, tendo a liderança de ácido 2 etil hexanóico (*market share* de 84%) e de plastificantes e anidridos (*market share* de 50%);
- na América do Sul: é a única produtora de octanol, butanol, isobutanol e ácido 2-etil hexanóico, sendo a única produtora integrada de alcoóis, anidridos e plastificantes.

As atividades industriais da ELEKEIROZ estão concentradas em dois sites estrategicamente localizados. O primeiro, no maior Pólo Petroquímico do Brasil, em Camaçari (BA), o que proporciona ganhos de sinergia nos processos produtivos. O segundo, em Várzea Paulista (SP), onde se encontra a sede administrativa da Companhia, está junto ao maior mercado consumidor do País e próximo das principais rodovias do Estado de São Paulo, além de possuir um terminal ferroviário próprio que permite conexão direta com o porto de Santos para o recebimento de matérias primas.

O ano de 2012 foi muito desafiador para a ELEKEIROZ. O setor químico brasileiro manteve a trajetória do déficit na balança comercial respectiva, que atingiu US\$ 28,1 bilhões, com crescimento de 6,7% sobre 2011. O segmento de produtos químicos de uso industrial recuperou-se ao longo de 2012, com crescimento de 2,9% na produção e de 7,4% nas vendas para o mercado interno em relação a 2011. Nesse contexto, a ELEKEIROZ investiu R\$ 38 milhões, dos quais R\$ 18 milhões na ampliação em 30% da capacidade produtiva da unidade de Resinas de Poliéster Insaturado no site de Várzea Paulista. Os outros R\$ 20 milhões foram destinados a programas de aumento de produtividade, de segurança e preservação do meio ambiente.

Em consonância com as melhores práticas de governança, apresentamos este informativo que detalha as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral dos Acionistas do próximo dia 23 de abril, às 9 horas, em Várzea Paulista (SP).

No aguardo de sua presença,

Cordialmente,

Rodolfo Villela Marino

Presidente do Conselho de Administração

2. Comentários dos Diretores

Os Comentários dos Diretores, na forma especificada no Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, foram disponibilizados em 22.03.2013 no Sistema de Informações Periódicas (IPE) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como no *website* da Companhia (www.elekeiroz.com.br), sendo que a transcrição de seu conteúdo pode ser encontrada no Anexo II deste documento.

3. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

- **Data**

Segundo o artigo 132 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), as sociedades por ações devem realizar anualmente a Assembleia Geral Ordinária dentro do prazo de 4 (quatro) meses após o término do exercício social. O exercício social da Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Assim, anualmente, a Companhia deve realizar a Assembleia Geral Ordinária até 30 de abril. Neste ano, a Assembleia Geral Ordinária será realizada no dia 23 de abril, às 9:00 horas.

- **Quórum de Instalação**

O quórum mínimo necessário para a instalação da Assembleia, em primeira convocação, será de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto, tendo em vista as alterações estatutárias propostas, consoante dispõe o Artigo 135 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). Não se realizando a Assembleia em primeira convocação, será publicado novo edital para sua instalação em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas.

- **Local**

A Assembleia Geral será realizada no auditório da sede social, localizado na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392 – Vila Bela Cintra, em Várzea Paulista (SP).

- **Edital de Convocação**

O Edital de Convocação, constante do item 3 deste informativo, será publicado em 26, 27 e 28 de março de 2013 no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Diário do Comércio e no Jornal de Jundiaí, encontrando-se também disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.elekeiroz.com.br/ri), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Documentos disponibilizados aos Acionistas**

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício, a cópia das demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes foram publicados em 15 de fevereiro de 2013 no Diário do Comércio (páginas 21 a 24), no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 35 a 42) e Jornal de Jundiaí (páginas 7 a 10).

Com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, a Companhia disponibiliza, nesta data, o presente documento contendo as informações requeridas pelas Instruções 480/09 e 481/09, ambas da CVM, encontrando-se disponível no *website* da Companhia (www.elekeiroz.com.br/ri), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Participação na Assembleia**

Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão comparecer portando documento de identidade e comprovante de depósito das ações emitido pela instituição depositária, contendo a respectiva participação acionária.

- **Procurações**

Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, desde que o procurador esteja com documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade da procuração (para documentos produzidos no exterior, a respectiva tradução consularizada e juramentada):

- a) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório;
- b) Pessoas Físicas: a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

4. Edital de Convocação**ELEKEIROZ S.A.**

CNPJ 13.788.120/0001-47

Companhia Aberta

NIRE 35300323971

Edital de Convocação**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Os Senhores Acionistas da **ELEKEIROZ S.A.** são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada em 23.04.2013, às 09:00 horas, na sede social, na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Várzea Paulista (SP), a fim de:

EM PAUTA ORDINÁRIA:

1. tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012;
2. deliberar sobre proposta para destinação do lucro líquido do exercício de 2012 e ratificação da distribuição do dividendo prioritário mínimo anual às ações preferenciais;
3. fixar o número de membros e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98, os interessados em requerer a adoção do voto múltiplo nessa eleição deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante;
4. deliberar sobre a verba destinada à remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria.

EM PAUTA EXTRAORDINÁRIA:

5. deliberar sobre proposta de elevação do capital social subscrito, de R\$ 320.000.000,00 para R\$ 321.000.000,00, mediante capitalização de reservas de lucros, sem emissão de novas ações, e consequente alteração do subitem 3.1 do Artigo 3º do Estatuto Social.

Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas no *website* de relações com investidores da Companhia (www.elekeiroz.com.br), bem como no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Para exercer seus direitos, os Acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade e comprovante de depósito das ações emitido pela instituição depositária, contendo a respectiva participação acionária.

Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, desde que o procurador esteja com documento de identidade e respectivo instrumento de mandato.

Várzea Paulista (SP), 22 de março de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RODOLFO VILLELA MARINO
Presidente

5. Assembleia Geral Ordinária

Nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração serão submetidas à aprovação dos Acionistas as seguintes matérias:

a) Balanços Patrimoniais, demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 7 de fevereiro de 2013. Referidos documentos foram disponibilizados em 8 de fevereiro de 2013 no Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (“IPE”) da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e no site da Companhia (<http://www.elekeiroz.com.br>), tendo sido publicados em 15 de fevereiro de 2013 no Diário do Comércio (páginas 17 a 20), Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 13 a 20) e Jornal de Jundiaí (páginas 5 a 8).

b) Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2012 e ratificação da distribuição do dividendo prioritário mínimo anual às ações preferenciais

A Companhia apurou Lucro Líquido no exercício de 2012 no valor de R\$ 459.346,49 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos), conforme demonstrativo de resultado disponibilizado em 8 de fevereiro de 2013 no IPE e no site da Companhia (<http://www.elekeiroz.com.br>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 15 de fevereiro de 2013 no Diário do Comércio (páginas 17 a 20), Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 13 a 20) e Jornal de Jundiaí (páginas 5 a 8).

Tendo em vista a apuração de referido Lucro, e conforme consubstanciado nas Demonstrações Contábeis, propõe-se, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 7 de fevereiro de 2013, destiná-lo da seguinte forma:

- (a) R\$ 701.651,33 para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais; e,
- (b) R\$ 242.304,84 da reversão da Reserva Especial.

Com fundamento nos Artigos 3º (3.7) e 8º (8.2) do Estatuto Social e “ad referendum” da Assembleia Geral, os Conselheiros em reunião de 7 de fevereiro de 2013, declararam dividendo prioritário mínimo anual às ações preferenciais, no valor de R\$ 2,00 por mil ações, por conta do exercício social de 2012 e a débito de Reservas de Lucros/Reserva Especial (subconta de lucros apurados em 2006), que será pago em 30.04.2013 aos acionistas titulares de ações preferenciais na posição acionária final do dia 28.02.2013.

Diante disso, propõe-se que a Assembleia Geral ratifique a distribuição do dividendo prioritário mínimo anual às ações preferenciais, no montante de R\$ 33.934,04.

Desse modo, não será proposta à assembleia geral a declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais aos já declarados.

A Destinação do Lucro Líquido, na forma especificada no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, foi disponibilizado em 22 de março de 2013 no IPE, sendo que a transcrição de seu conteúdo pode ser encontrada no Anexo III deste documento.

c) Fixação do número de membros e eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

Propõe o acionista majoritário fixar o número de 7 (sete) conselheiros efetivos, reelegendo-se os atuais 5 (cinco) membros titulares, Srs. Olavo Egydio Setubal Júnior, Ricardo Egydio Setubal, Reinaldo Rubbi, Rodolfo Villela Marino e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, elegendose 2 (dois) novos membros titulares, Srs. Cesar Suaki dos Santos e Henri Penchas, e reelegendo-se os 2 (dois) atuais membros suplentes, Srs. Paulo Setubal Neto e Ricardo Villela Marino. Os conselheiros efetivos Olavo Egydio Setubal Júnior e Ricardo Egydio Setubal poderão ser substituídos pelo conselheiro

suplente Paulo Setubal Neto e Rodolfo Villela Marino poderá ser substituído pelo conselheiro suplente Ricardo Villela Marino.

Os currículos detalhados, bem como demais informações exigidas pelos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, constam do Anexo IV deste documento.

d) Fixação da verba destinada à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Propõe-se que a Assembleia aprove a remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 7.500.000,00, contemplando as vantagens e benefícios de qualquer natureza para o período de janeiro a dezembro de 2013.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada no Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, segue anexa, na íntegra, ao presente documento (Anexo V).

6. Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração serão submetidas à aprovação dos Acionistas as seguintes matérias:

I) **Aumento do Capital Social mediante Capitalização de Reservas**

Elevação do atual capital social de R\$ 320.000.000,00 para R\$ 321.000.000,00, sem emissão de novas ações, mediante capitalização de reservas de lucros (R\$ 701.651,33 da Reserva de Incentivo Fiscal e R\$ 298.348,67 da Reserva Especial).

O Aumento de Capital, na forma especificada no Anexo 14 da Instrução CVM 481/09, está transcrito no seu conteúdo no Anexo VI deste documento.

II) **Alteração Estatutária**

Alteração do subitem 3.1 do Artigo 3º do Estatuto Social, a fim de registrar o novo capital social, em decorrência do item precedente.

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
<p>Art. 3º - <u>CAPITAL AUTORIZADO</u> - O capital social autorizado é de 105.000.000 (cento e cinco milhões) de ações escriturais, sendo 35.000.000 (trinta e cinco milhões) ordinárias e 70.000.000 (setenta milhões) preferenciais.</p>	<p>Art. 3º - <u>CAPITAL AUTORIZADO</u> - O capital social autorizado é de 105.000.000 (cento e cinco milhões) de ações escriturais, sendo 35.000.000 (trinta e cinco milhões) ordinárias e 70.000.000 (setenta milhões) preferenciais.</p>
<p>3.1. <u>Capital Subscrito</u> - O capital subscrito e integralizado é de R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), dividido em 31.485.170 (trinta e um milhões, quatrocentas e oitenta e cinco mil, cento e setenta) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 (catorze milhões, quinhentas e dezoito mil, cento e cinquenta) ordinárias e 16.967.020 (dezesesseis milhões, novecentas e sessenta e sete mil e vinte) preferenciais.</p>	<p>3.1. <u>Capital Subscrito</u> - O capital subscrito e integralizado é de R\$ 321.000.000,00 (trezentos e vinte e um milhões de reais), dividido em 31.485.170 (trinta e um milhões, quatrocentas e oitenta e cinco mil, cento e setenta) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 (catorze milhões, quinhentas e dezoito mil, cento e cinquenta) ordinárias e 16.967.020 (dezesesseis milhões, novecentas e sessenta e sete mil e vinte) preferenciais.</p>

No Anexo VII, texto do Estatuto Social Consolidado contendo as alterações acima propostas.

Em atendimento ao Artigo 11 (II) da Instrução CVM nº 481/09, a Administração da Companhia informa que analisou a proposta de alteração do Estatuto Social e entendeu que dela não decorre qualquer efeito jurídico ou econômico.

ANEXO I**MODELO DE PROCURAÇÃO**

Por este instrumento de procuração, [ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO], (“Outorgante”), nomeia o Sr. [PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG n° XXX e CPF n° XXX, domiciliado na [ENDEREÇO COMPLETO], seu procurador, com poderes para representá-lo, na qualidade de Acionista da **Elekeiroz S.A.** (“**Companhia**”), na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará em primeira convocação, no dia 23 de abril de 2013, às 9:00 horas, e, se necessário, em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, no auditório da sede social, na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Vila Bela Cintra, na cidade de Várzea Paulista, estado de São Paulo, CEP 13224-030, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [•] dias, a partir da presente data.

[Cidade], ____ de de 2013.

[ACIONISTA]

(Assinatura com firma reconhecida)

ORIENTAÇÃO DE VOTO**Assembleia Geral Ordinária:**

1. tomar conhecimento do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A favor

Contra

Abstenção

2. deliberar sobre proposta para destinação do lucro líquido do exercício de 2012 e ratificação da distribuição do dividendo prioritário mínimo anual às ações preferenciais

A favor

Contra

Abstenção

3. fixar o número de membros e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração para o próximo mandato anual:

Conselheiros Efetivos

Henri Penchas

A favor

Contra

Abstenção

Olavo Egydio Setubal Júnior

A favor

Contra

Abstenção

Reinaldo Rubbi

A favor

Contra

Abstenção

Ricardo Egydio Setubal

A favor

Contra

Abstenção

Rodolfo Villela Marino

A favor

Contra

Abstenção

Conselheiros Independentes

Cesar Suaki dos Santos

A favor

Contra

Abstenção

Rogério Almeida Manso da Costa Reis

A favor

Contra

Abstenção

Conselheiros Suplentes

Paulo Setubal Neto

A favor

Contra

Abstenção

Ricardo Villela Marino

A favor

Contra

Abstenção

4 – deliberar sobre a verba destinada à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria:

A favor

Contra

Abstenção

Assembleia Geral Extraordinária:

Deliberar sobre proposta de elevação do atual capital social de R\$ 320.000.000,00 para R\$ 321.000.000,00, mediante capitalização de reservas, sem emissão de novas ações e, consequente, alteração do subitem 3.1 do Artigo 3º do Estatuto Social.

A favor

Contra

Abstenção

ANEXO II**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES**

Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09

10.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os comentários a seguir foram elaborados tomando como base as demonstrações contábeis publicadas pela Companhia nos três últimos exercícios sociais, de 2010 a 2012 de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*) e pronunciamentos do CPC (Comitê de Práticas Contábeis).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Elekeiroz é uma indústria química brasileira com mais de 118 anos de história, detendo posição de liderança na maioria dos seus mercados de atuação. Como produtora de químicos intermediários de uso industrial, foi pioneira na fabricação de diversos produtos no País, como anidrido ftálico, bissulfeto de carbono, octanol e butanol a partir de álcool de cana, trimetilolpropano, ácido etil hexanóico, entre outros. É uma típica indústria de capital intensivo, com políticas conservadoras de investimento, crédito e endividamento.

Em 2012, a receita alcançou R\$ 899,8 milhões, 16% superior a 2011, com alta de 10% no mercado interno (83% das vendas) e de 58% no mercado externo. O aumento da receita total foi acompanhado, todavia, de aumento de 17% no custo dos produtos vendidos, do que resultou, no acumulado do ano, a geração de uma margem bruta ainda insuficiente para a Companhia recuperar seus níveis normais de rentabilidade.

O lucro operacional, por sua vez, que no primeiro semestre foi de menos R\$ 3,6 milhões (prejuízo) atingiu R\$ 6 milhões positivos no segundo semestre, demonstrando tendência de recuperação ao longo do exercício. Acompanhando a tendência de melhora do lucro operacional, a empresa encerrou o último trimestre do ano com lucro líquido de R\$ 5,2 milhões, porém, o resultado acumulado do ano foi de R\$ 0,5 milhão (R\$ 14,8 milhões em 2011). De forma análoga evoluiu o EBITDA ajustado, que alcançou R\$ 19,1 milhões no quarto trimestre e R\$ 38,4 milhões no exercício, com alta de 42% sobre o ano anterior. A margem EBITDA ajustada no acumulado do ano foi de 4,3% em 2012, tendo sido 3,5% em 2011.

Os resultados de 2011 foram impactados por eventos extraordinários que prejudicaram a produção e, conseqüentemente, a expedição de produtos pela Companhia e os resultados econômico financeiros: (i) a interrupção inesperada do fornecimento de energia elétrica ocorrida no início de fevereiro em Camaçari/BA, que resultou em abastecimento irregular de matérias-primas para as empresas localizadas no Polo Petroquímico pelos meses que se seguiram à interrupção e, (ii) paradas programadas para manutenção das unidades de anidrido maleico, formol e ácido sulfúrico em Várzea Paulista/SP e alcoóis e anidrido ftálico em Camaçari/BA. No particular caso da parada da unidade de alcoóis, problemas financeiros com uma das empresas contratadas para serviços de manutenção daquela unidade resultaram em atrasos na retomada da produção regular.

Em 2011 a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 776,7 milhões, o Lucro Líquido consolidado foi de R\$ 14,8 milhões e o Patrimônio Líquido consolidado totalizou R\$ 476,7 milhões, com acréscimo de 2,3% em relação ao ano de 2010. O EBITDA foi de R\$ 29,9 milhões, a Margem EBITDA 3,9% e a Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROE) 3,1% ao ano.

No ano de 2010 houve recuperação dos negócios da Companhia, após os reflexos da recessão global presente no ano anterior, acompanhando a recuperação da economia brasileira. A receita operacional líquida atingiu R\$ 850,5 milhões. O Lucro Líquido consolidado foi de R\$ 45,2 milhões e o Patrimônio Líquido consolidado totalizou R\$ 465,9 milhões. O EBITDA ajustado foi de R\$ 80,7 milhões, a margem EBITDA 9,5%, e a Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROE) 10,1% ao ano. O quadro a seguir resume os principais indicadores financeiros da Companhia nos últimos três anos:

Indicadores Financeiros Selecionados			
Em R\$ mil	2012	2011	2010
Receita Operacional Líquida	899.809	776.693	850.533
EBITDA ajustado *	38.392	27.034	80.694
Margem EBITDA (%)	4,3%	3,5%	9,5%
Lucro Líquido	459	14.827	45.201
ROE (%) **	0,1%	3,1%	10,1%

*Calculado pelo lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial, acrescido da depreciação e do valor residual dos ativos baixados.

** Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

- b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:
- hipóteses de resgate
 - fórmula de cálculo do valor de resgate

Em dezembro de 2012 o Patrimônio Líquido da Elekeiroz era de R\$ 476,2 milhões e representava 70% do total dos Ativos da empresa, de R\$ 678,0 milhões. Em dezembro de 2011 essa relação era de 73%, com um Patrimônio Líquido de R\$ 476,7 milhões e Ativo Total de R\$ 653,5 milhões. Já em dezembro de 2010 o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 465,9 milhões e o Ativo Total de R\$633,2 milhões, ou seja, uma relação de 74%.

A Companhia continua com baixo nível de endividamento e, portanto, com espaço para levantamento no mercado de recursos de terceiros visando a realização de novos investimentos.

A Administração não prevê a hipótese de resgate de ações.

- c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As principais fontes de liquidez da Companhia são o fluxo de caixa gerado por suas operações, a obtenção de empréstimos de curto prazo em entidades financeiras para suas operações normais e de longo prazo para os investimentos novos, além do saldo de caixa e aplicações financeiras existentes.

A dívida líquida da Companhia (diferença entre o saldo dos financiamentos de curto e longo prazo e as disponibilidades) permanece em nível baixo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dessas dívidas tornou-se inferior às disponibilidades em R\$ 44,1 milhões (dívida líquida negativa, portanto). No ano de 2011, em função da contratação de linha de crédito bancário de longo prazo destinada a suportar os investimentos realizados no exercício, a dívida líquida alcançou R\$ 30,3 milhões e no ano de 2012 cresceu ligeiramente fechando em R\$ 43,2 milhões.

A dívida bruta em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 44,2 milhões, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 65,8 milhões e em 31 de dezembro de 2012 atingiu R\$ 93,9 milhões.

A Administração acredita que as fontes de liquidez são adequadas para atender às necessidades de financiamento da Companhia, incluindo suas necessidades de capital de giro, investimentos, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento da Companhia são atendidas através dos instrumentos clássicos de captação de recursos, em especial por financiamentos junto a instituições de crédito.

Os recursos para investimentos em ativos não circulantes fabricados no país são provenientes basicamente de financiamentos junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNB – Banco do Nordeste do Brasil. A empresa possui, inclusive, um contrato de abertura de limite de crédito firmado em 12/06/2012 com o BNDES, no valor de R\$ 123,7 milhões.

Para suprir suas necessidades de capital de giro, a empresa possui, atualmente, as seguintes fontes de recursos, com os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2012:

- Banco do Brasil / ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio): R\$ 2,1 milhões;
- Banco Safra / ACC: R\$ 3,1 milhões;
- Banco do Brasil / Vendor: R\$ 1,6 milhão.
- Banco do Brasil / Cessão de Crédito: R\$ 20,0 milhões.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não apresentou deficiências de liquidez nos anos de 2012, 2011 e 2010, recorrendo a operações de financiamento de capital de giro referenciadas em US\$ com a finalidade de estabelecer um hedge natural para os recebíveis decorrentes de exportações. A partir de 2012, a Companhia iniciou também operações de cessão de crédito (recebíveis) com a finalidade de adequar as necessidades de capital de giro a uma redução no prazo médio de pagamento a fornecedores buscando condições financeiras mais favoráveis. A administração entende que a situação de liquidez da Companhia permanece confortável.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 2012 o endividamento junto às instituições financeiras foi maior que nos anos de 2011 e 2010, tendo a Companhia encerrado o exercício de 2012 com uma dívida bruta de R\$ 93,9 milhões, conforme anteriormente descrito. Essa dívida equivale a 19,7% do seu Patrimônio Líquido, permanecendo em níveis baixos para o setor, conforme já descrito anteriormente.

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O quadro a seguir mostra os financiamentos referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro da Companhia.

Valores em milhares de R\$					Saldo em linha de crédito			
Modalidade	Encargos - %	Garantias	Amortização	Término	Dez/ 2012		Dez/2011	
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 aa.	Aval Itaúsa	-Mensal e Trimestral	15/09/2018	13.434	42.720	8.016	31.300
CESSÃO DE CRÉDITO	7,96 aa.				20.022	-	-	-
VENDOR				26/02/2013	1.614		1.238	-
TOTAL MOEDA NACIONAL					35.070	42.720	9.254	31.300
BNDES	VARIAÇÃO CAMBIAL + 1,65 a 2,12 aa.	Aval Itaúsa	-Mensal e Trimestral	15/10/2018	2.543	8.414	1.392	5.412
ACC – DESCONTO CAMBIAL	2,40 aa.			20/05/2013	5.174	-	18.474	-
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					7.717	8.414	19.866	5.412
TOTAL					42.787	51.134	29.120	36.712

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas financeiras apresentadas.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A linha de crédito de longo prazo contratada com o BNDES possui cláusula contratual segundo a qual a Companhia deve manter durante a vigência do contrato o índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,5 e o índice Dívida Líquida / EBTIDA igual ou inferior a 3,5, ambos

apurados anualmente em balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui uma linha de crédito de longo prazo para investimentos contratada com o BNDES, descrita no “Item 10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas”, no valor de R\$ 123,7 milhões. Os recursos são disponibilizados mediante a aprovação do financiamento de cada projeto e de acordo com o cronograma de desembolso do projeto. Até 31 de dezembro de 2012 havia sido sacado e utilizado o montante de R\$ 79,6 milhões.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

O ano de 2010 havia sido de recuperação para os negócios da Companhia, em linha, portanto, com a retomada da economia brasileira após a superação da fase mais aguda da crise financeira global eclodida ao final de 2008 e que impactou os resultados do exercício de 2009.

Em 2011, todavia, os resultados sofreram nova retração, tendo sido fortemente impactados pelo crescimento do volume de importações de produtos químicos, importações estas favorecidas pela valorização do Real e por incentivos fiscais concedidos por alguns Estados brasileiros, além de problemas operacionais excepcionais que resultaram na redução do volume de produção da Companhia, descritos no item 10.1.a.

Por sua vez, 2012 foi mais um ano difícil para a indústria química brasileira, registrando déficit de US\$ 28 bilhões na balança comercial de produtos químicos e um consumo aparente do setor sem apresentar crescimento. Adicionalmente, ocorreram alguns eventos e situações pontuais, impactando negativamente o resultado da Companhia: um novo apagão na Bahia no início do ano e a intensificação da chamada “guerra dos portos”, que consiste na concessão de incentivos fiscais por alguns Estados, favorecendo os produtos importados em detrimento dos produzidos no País. Mesmo neste cenário desfavorável, a capacidade da Companhia de adaptar-se a esses desafios resultou em crescimento nos volumes expedidos e na receita líquida.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO								
(Em milhares de reais)								
	2012	% S/RL	12/11	2011	% S/RL	11/10	2010	% S/RL
Receita operacional líquida	899.809	100%	16%	776.693	100%	-9%	850.533	100%
Custos dos produtos vendidos	(803.659)	-89%	17%	(687.123)	-88%	-2%	(703.648)	-83%
Lucro bruto	96.150	11%	7%	89.570	12%	-39%	146.885	17%
Despesas com vendas	(42.031)	-5%	11%	(37.762)	-5%	-5%	(39.759)	-5%
Despesas gerais e administrativas	(49.760)	-6%	13%	(44.158)	-6%	9%	(40.485)	-5%
Outras despesas, líquidas	(2.379)	0%	-63%	(6.428)	-1%	-56%	(14.750)	-2%
Participação nos resultados de coligada e controlada	105	0%	-2200%	(5)	0%	0%	(5)	0%
Lucro operacional	2.085	0%	71%	1.217	0%	-98%	51.886	6%
Receitas financeiras	21.769	2%	-23%	28.212	4%	-9%	31.043	4%
Despesas financeiras	(23.479)	-3%	19%	(19.709)	-3%	-19%	(24.257)	-3%
Resultado financeiro líquido	(1.710)	0%	-120%	8.503	1%	25%	6.786	1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	375	0%	-96%	9.720	1%	-83%	58.672	7%
Imposto de renda e contribuição social	84	0%	-98%	5.107	1%	-138%	(13.471)	-2%
Lucro líquido do exercício	459	0%	-97%	14.827	2%	-67%	45.201	5%

Receita Operacional Líquida

No ano de 2012 a receita líquida cresceu 16% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 899,8 milhões com a expedição total de produtos atingindo 470,6 mil t, um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. As vendas ao mercado interno apresentaram alta de 3%, enquanto que as exportações foram 50% superiores ao ano anterior, em função de um cenário de câmbio mais favorável.

No ano de 2011 a receita líquida havia sofrido uma redução de 9% comparativamente a 2010, principalmente em função das menores exportações decorrentes da redução de volume disponível em função dos já citados problemas com fornecimento de energia e paradas para manutenção, da retração econômica nas principais economias desenvolvidas e também da redução da competitividade do produto nacional no mercado externo com a valorização do Real. A expedição total de produtos em 2011 alcançou 442,8 mil t, uma retração de 7% em relação ao ano anterior. As vendas ao mercado interno se mantiveram praticamente estáveis com redução de apenas 1%, enquanto que as exportações foram 46% inferiores ao ano anterior.

Expedições (mil t)	2012	A.V.	2011	A.V.	12/11	2010	AV	11/10
Mercado Interno	423,2	90%	411,2	93%	3%	415,6	88%	-1%
Orgânicos	196,1	42%	190,2	43%	3%	192,9	41%	-1%
Inorgânicos/Revenda	227,1	48%	221,0	50%	3%	222,7	47%	-1%
Mercado Externo	47,4	10%	31,6	7%	50%	58,2	12%	-46%
Orgânicos	47,4	10%	31,6	7%	50%	58,2	12%	-46%
TOTAL	470,6	100%	442,8	100%	6%	473,8	100%	-7%

Valores em milhares de R\$	2012	2011	2010
Receita Bruta de Vendas	1.121.250	976.481	1.049.348
Mercado interno	970.898	881.079	886.950
Mercado externo	150.352	95.402	162.398
Impostos s/ vendas (IPI, ICMS, PIS E COFINS)	-221.441	-199.789	-198.815
Receita Operacional Líquida	899.809	776.693	850.533

Custo dos produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos é composto pelos custos de matérias-primas, mão de obra direta e indireta na área produtiva, acrescida dos gastos gerais de fabricação que incluem manutenção, depreciação, seguros, entre outros. Os custos de matérias-primas são apurados considerando os créditos referentes aos impostos não cumulativos (ICMS, PIS, COFINS e IPI).

No ano de 2012 o custo dos produtos vendidos apresentou acréscimo de 17% em valores absolutos na comparação com o ano anterior, o que, considerada a elevação de 6% nos volumes expedidos, significa um crescimento real nos custos médios por tonelada expedida. O CPV atingiu 89% da Receita Líquida, reduzindo a margem bruta para 11%, uma pequena queda em relação à margem de 12% alcançada no ano anterior.

No ano de 2011 o custo dos produtos vendidos havia apresentado diminuição de 2% em valores absolutos na comparação com o ano anterior, o que, considerada a redução de 7% nos volumes

expedidos, significou igualmente um crescimento nos custos médios por tonelada expedida. De fato, o CPV atingiu 88% da Receita Líquida, reduzindo a margem bruta para 12%, uma queda expressiva em relação à margem de 17% alcançada no ano anterior.

Despesas com Vendas

Referem-se principalmente às despesas com fretes sobre vendas, comissões e despesas com exportação.

No ano de 2012 as despesas com vendas apresentaram acréscimo de 11% em relação ano anterior, explicado pelo maior volume expedido no ano. De forma relativa, estas despesas se mantiveram estáveis em relação ao ano precedente, representando 5% da Receita Líquida.

Em 2011 houve redução de 5% em relação a 2010, em função dos menores volumes expedidos no período.

Despesas Gerais e Administrativas

Tais despesas são compostas principalmente por gastos com pessoal, envolvendo salários, encargos e benefícios, além de serviços de auditoria e consultoria contratados junto a terceiros, relativos às áreas administrativas da Companhia.

No ano de 2012 as despesas apresentaram crescimento de 13% em relação ao ano anterior, explicado, além dos dissídios salariais, também por gastos relativos à criação uma nova área de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Nesta área a equipe e os recursos já existentes na organização foram agrupados e reforçados com a contratação de novos membros, de forma a aumentar o alinhamento dos projetos de inovação às diretrizes da empresa.

Em 2011 as despesas gerais cresceram 9% em relação a 2010. Vale ressaltar que parte considerável destas despesas é indexada, como a referente aos salários, além do que no ano de 2011 houve gastos relativos ao projeto para implantação de um complexo produtor de ácido acrílico e derivados no Pólo Industrial de Camaçari/BA, que não se materializou.

Outras Receitas e despesas operacionais

Em 2012 foi contabilizada despesa líquida de R\$ 2,7 milhões, refletindo, principalmente uma redução nas despesas com provisões.

No exercício de 2011 a despesa líquida de R\$ 6,5 milhões deveu-se principalmente à constituição de provisão para ajuste de estoques ao seu valor esperado de realização, no montante de R\$ 4,3 milhões.

Em 2010 foi contabilizada nesta rubrica uma despesa líquida de R\$ 14,7 milhões, derivada principalmente dos provisionamentos relativos a questões tributárias, trabalhistas e cíveis, bem como às participações a pagar aos funcionários e administradores.

Outras Receitas e Despesas Operacionais	Consolidado		
	2012	2011	2010
Valores em milhares de R\$			
Provisões tributárias	-781	2.497	-1.378
Provisões trabalhistas	-42	-3.304	-4.047
Provisões cíveis e ambientais	-445	847	-1.065
Participações funcionários e administradores	-350	-2.880	-7.048
Varição fundo previdencial Fundação Itaúsa Industrial	1.655	1.902	630
Provisão para Redução de estoques ao valor de realização	-437	-4.340	-679
Outras receitas e (despesas)	-1.979	-1.150	-1.163
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS LÍQUIDAS	-2.379	-6.428	-14.750

BALANÇO PATRIMONIAL								
(Em milhares de Reais)								
ATIVO	2012		2011		VARIÇÃO 2012/2011		2010	
	AV		AV				AV	
CIRCULANTE	330.477	49%	320.070	49%	3%	347.114	55%	
Caixa e equivalentes de caixa	50.710	7%	35.549	5%	43%	88.326	14%	
Investimentos mantidos até o vencimento	161	0%	1.190	0%	-86%	0	0%	
Ativos financeiros disponíveis para venda	626	0%	1.603	0%	-61%	0	0%	
Contas a receber de clientes	151.288	22%	154.240	24%	-2%	142.417	22%	
Estoques	107.871	16%	100.023	15%	8%	79.638	13%	
Outras contas a receber	770	0%	1.792	0%	-57%	11.100	2%	
Tributos a recuperar	18.341	3%	25.269	4%	-27%	24.962	4%	
Despesas antecipadas	710	0%	404	0%	76%	671	0%	
NÃO CIRCULANTE	347.531	51%	333.467	51%	4%	286.102	45%	
Realizável a Longo Prazo								
Contas a receber de clientes	1.664	0%	1.864	0%	-11%	0	0%	
Outras contas a receber	13.585	2%	12.683	2%	7%	11.445	2%	
Tributos a recuperar	34.458	5%	21.003	3%	64%	20.159	3%	
Tributos diferidos	43.235	6%	43.004	7%	1%	36.757	6%	
	92.942	14%	78.554	12%	18%	68.361	11%	
Investimentos	8.621	1%	8.639	1%	0%	8.416	1%	
Imobilizado	245.357	36%	245.800	38%	0%	208.647	33%	
Intangível	611	0%	474	0%	29%	678	0%	
	254.589	38%	254.913	39%	0%	217.741	34%	
TOTAL DO ATIVO	678.008	100%	653.537	100%	4%	633.216	100%	

Ativo Circulante

Ao final de 2012 o ativo circulante de R\$ 330,5 milhões é 3% superior ao do ano anterior, principalmente em função do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, explicada basicamente em função da maior geração de caixa nas operações da empresa. Na comparação do mesmo período, os estoques crescem 8% principalmente em função dos maiores volumes de produtos acabados por questões pontuais, sem que isto signifique a existência de estoques em excesso.

Ao final de 2011 o ativo circulante de R\$ 320,1 milhões é 8% inferior ao do ano anterior, principalmente em função da redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa, explicada basicamente por dois fatores principais: a) investimentos de R\$ 63,5 milhões realizados no período, dos quais R\$ 33 milhões suportados com recursos próprios; b) quitação de um auto de infração de ICMS, no montante de R\$ 15,5 milhões que, por entender indevido, a Companhia está discutindo judicialmente sua legalidade através de assessores jurídicos externos.

Na comparação do mesmo período as contas a receber de clientes cresceram 8% em função das maiores vendas nos meses de novembro e dezembro comparativamente ao ano anterior, visto que não ocorreu aumento no prazo médio de recebimento. Os estoques, por sua vez, cresceram 26% principalmente em função dos maiores volumes de produtos acabados e matérias primas, ambos por questões pontuais, sem que isto signifique a existência de estoques em excesso.

Ativo Não Circulante

No ano de 2012 o ativo não circulante no valor de R\$ 347,5 milhões apresenta crescimento de 4% em relação a 2011, sendo que os investimentos realizados no período em itens do ativo imobilizado foi praticamente equivalente à depreciação do mesmo período. O crescimento explica-se basicamente pela transferência de créditos tributários a recuperar, relativos a ICMS nas operações da sua unidade em Camaçari Bahia, do curto para o longo prazo, em função de uma revisão na expectativa do prazo esperado para recuperação destes créditos.

No ano de 2011 o ativo não circulante no valor de R\$ 333,5 milhões apresenta crescimento de 17% em relação a 2010, explicado principalmente pelo reconhecimento de tributos diferidos sobre diferenças temporárias relativas a Imposto de Renda e Contribuição Social e pelos investimentos realizados no período que resultaram na elevação do imobilizado em 18%.

Em 2011 foram investidos R\$ 63,5 milhões, com destaques para o projeto de ampliação de 70% na capacidade de produção de ácido 2-etil hexanoico, que partiu ao final de dezembro de 2011, para a ampliação de 20% da unidade de gás oxo, tornando a empresa autossuficiente na produção desta importante matéria-prima para os alcoóis e para as paradas programadas de manutenção de várias unidades produtivas, além dos programas de aumento de produtividade, segurança e preservação do meio ambiente.

BALANÇO PATRIMONIAL							
(Em milhares de Reais)							
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	AV	2011	AV	VARIAÇÃO	2010	AV
					2012/2011		
CIRCULANTE	101.612	15%	92.971	14%	9%	94.278	15%
Fornecedores	40.687	6%	44.778	7%	-9%	33.322	5%
Empréstimos e financiamentos	42.787	6%	29.120	4%	47%	32.968	5%
Obrigações com pessoal	8.186	1%	8.950	1%	-9%	6.297	1%
Outras contas a pagar	3.837	1%	4.541	1%	-16%	4.314	1%
Impostos e contribuições a pagar	5.690	1%	3.272	1%	74%	5.624	1%
Dividendos e participações a empregados e administradores	425	0%	2.310	0%	-82%	11.753	2%
NÃO CIRCULANTE	100.244	15%	83.862	13%	20%	73.021	12%
Empréstimos e financiamentos	51.134	8%	36.712	6%	39%	11.234	2%
Impostos e contribuições a pagar	22.950	3%	22.226	3%	3%	22.390	4%
Provisão para contingências	20.048	3%	19.658	3%	2%	35.748	6%
Outras contas a pagar	415	0%	417	0%	0%	0	0%
Mútuo com controlada	0	0%	0	0%	0%	399	0%
Tributos diferidos	5.697	1%	4.849	1%	17%	3.250	1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	476.152	70%	476.704	73%	0%	465.917	74%
Capital social	320.000	47%	320.000	49%	0%	220.000	35%
Reservas de capital	8.327	1%	8.327	1%	0%	37.084	6%
Outros resultados abrangentes	(798)	0%	179	0%	-546%	101	0%
Reservas de lucros	148.623	22%	148.198	23%	0%	208.732	33%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	678.008	100%	653.537	100%	4%	633.216	100%

Passivo Circulante

Ao final de 2012 o passivo circulante de R\$ 101,6 milhões foi 9% superior ao ano anterior, com acréscimo de R\$ 13,6 milhões na conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo, a fim de suportar as necessidades de capital de giro. Esse acréscimo foi compensado em parte por redução nas contas de fornecedores e de dividendos e participações a pagar.

Em 2011 o passivo circulante, no valor de R\$ 93 milhões, ficou bastante próximo ao do ano anterior (R\$ 94,2 milhões). As variações mais expressivas ocorreram nas contas de fornecedores, com um acréscimo de R\$ 11,4 milhões, compensadas por reduções em empréstimos e financiamentos de curto prazo, impostos a pagar e dividendos e participações a pagar. O acréscimo no saldo de fornecedores decorre apenas de um volume de compras superior, principalmente importações de matérias-primas. A redução nos dividendos e participações a pagar ocorreu em função dos menores resultados no período

Passivo não Circulante

No ano de 2012 o passivo não circulante apresentou crescimento de R\$ 16,4 milhões, explicado pela contratação de financiamentos de longo prazo destinados a suportar investimentos do período, principalmente na ampliação de 30% da capacidade da unidade de Resinas de Poliéster insaturado no site de Várzea Paulista, com aumento de 39% em relação ao saldo do período anterior.

10.2 - Resultado Operacional e Financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Elekeiroz produz e comercializa intermediários químicos divididos em duas grandes famílias: orgânicos e inorgânicos. Os produtos orgânicos compreendem os oxo-alcoois (octanol, butanol, isobutanol, ácido 2-etil hexanóico), os anidridos ftálico e maleico, diversos tipos de plastificantes e de resinas de poliéster, o formaldeído e a concentrado uréia-formol. A família de inorgânicos é representada essencialmente pelo ácido sulfúrico.

Os preços dos produtos orgânicos são estabelecidos pela Companhia tendo como referência os praticados nos mercados internacionais, da mesma forma como ocorre com os preços locais das matérias-primas que consome. Em outras palavras, as margens diretas (preço de venda menos custo das matérias primas) dos produtos orgânicos seguem também as internacionais.

O segmento de inorgânicos, por sua vez, caracteriza-se por consumo e produção predominantemente locais, seguindo uma política de preços menos dependente dos mercados internacionais e mais ligada não só ao desempenho e demanda dos segmentos consumidores, como o agrícola e diversos outros ramos químicos, mas também dos diversos produtores locais, alguns dos quais tendo o ácido sulfúrico como um subproduto de outras linhas de fabricação. Por outro lado, como este produto na Elekeiroz tem no enxofre importado sua principal matéria-prima, devido à insuficiência de produção nacional, as variações no preço internacional refletem diretamente na margem de contribuição do produto final.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2012 o segmento de produtos químicos de uso industrial, que havia apresentado queda de produção e vendas em 2011, comparativamente a 2010, recuperou-se ao longo de 2012, com crescimento de 2,9% na produção, de 7,4% nas vendas para o mercado interno e de +1 ponto percentual na taxa de utilização da capacidade, em relação a 2011.

O ano de 2012 foi marcado por uma recuperação na receita líquida, com crescimento de 16% sobre o ano anterior, obtido em função de maiores volumes expedidos (+ 6%) e alguma recuperação em preços de venda. Esta recuperação, porém, foi insuficiente para acompanhar o aumento dos custos de matérias primas, impossibilitando portanto a recuperação dos seus níveis normais de rentabilidade.

Em 2011, houve alguma regressão nos negócios da empresa, derivada de fatores como a menor demanda nos mercados dos países desenvolvidos, a interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida em fevereiro no Polo Petroquímico de Camaçari/BA, a valorização do real, e os incentivos fiscais às importações dados por alguns Estados, tornaram o Brasil um destino preferencial para a venda dos excedentes da produção mundial.

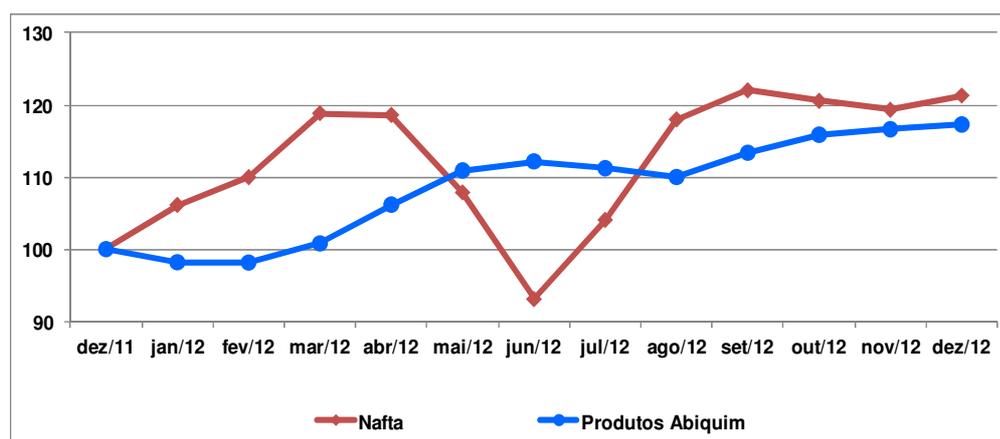
Em consequência, a empresa registrou queda de 6,5% no volume total expedido em relação ao ano anterior, Receita Bruta de R\$ 976,5 milhões e a Receita Líquida de R\$ 776,7 milhões, com baixas de 6,9% e 8,7%, respectivamente, em relação a 2010.

O ano de 2010 foi marcado pela retomada geral dos mercados consumidores, o que naturalmente levou a uma recuperação nos negócios da Elekeiroz, quando comparado ao exercício social anterior: o volume total expedido foi 12% maior, com a Receita Bruta alcançando R\$ 1.049,3 milhões e a Receita Líquida R\$ 850,5 milhões, altas de 47% e 49%, respectivamente, em relação a 2009. A relação entre as exportações e a receita líquida passou de 15% em 2009 para 19% no acumulado de 2010.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Como os preços dos principais produtos da Companhia são baseados em referências internacionais em dólar, as receitas da Companhia oscilam por conta não só destas referências como em função da taxa de câmbio.

A Elekeiroz, como produtora de intermediários químicos de segunda geração, tem como principais fornecedores as Centrais Petroquímicas. O índice de preços para a indústria química, aumentou 10,6% no acumulado do ano, tendo sido, entretanto, inferior aos 17,2% da nafta petroquímica, principal matéria-prima do setor, mantendo as margens da Companhia pressionadas durante boa parte do ano.



Evolução dos preços dos produtos da amostra da Abiquim e do preço internacional da nafta convertido em reais (dezembro de 2011 = base 100).

No ano de 2011, em função de aumentos nos preços dos insumos, o aumento médio de 14,6% nos preços internos foi insuficiente para preservar as margens, mantendo-as igualmente pressionadas ao longo de todo o ano.

No sentido inverso, em 2010 houve recomposição dos preços em toda a cadeia, fato que aliado a maiores volumes de expedição possibilitou a recuperação dos negócios da Companhia, que teve aumento na Receita Bruta de 47% em relação a 2009.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme já comentado, a exemplo dos preços de venda dos principais produtos da Companhia, o custo de aquisição dos insumos também é baseado em referência internacional em dólar, sujeito, pois, à variação dos preços internacionais e às variações da taxa de câmbio, não sendo impactado diretamente pelos índices de inflação.

A inflação, todavia, afeta o desempenho da empresa na medida em que eleva suas despesas operacionais expressas em Reais e não atreladas ao dólar, como é o caso dos salários, que têm sofrido aumentos reais por força dos dissídios coletivos. Esta indexação nos custos fixos e despesas em momentos de alta na inflação em moeda nacional, como ocorreu nos períodos recentes, aliada à

compressão das margens de contribuição em função dos preços dos produtos e matérias-primas no mercado internacional, acaba por impactar negativamente os resultados da Companhia.

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. Como parte de sua receita é oriunda de exportações, a Companhia gera ativos em moeda estrangeira em níveis superiores aos passivos também em moeda estrangeira, decorrentes estes de importações de matérias primas e equipamentos necessários às suas operações normais ou de tomadas de financiamento externo em condições que lhe sejam convenientes. De forma a não incorrer ou mitigar ao máximo os riscos de câmbio, o que é uma de suas políticas financeiras básicas, a Companhia utiliza-se do instrumento de adiantamento de contratos de câmbio - ACC, para evitar o descasamento dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No período coberto por este formulário (2010-2013) a Companhia não introduziu ou alienou segmento operacional que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas suas operações e conseqüentemente nas suas demonstrações contábeis. O foco da Companhia permanece na produção de intermediários químicos, área na qual continua pesquisando e desenvolvendo novos produtos que agreguem valor à cadeia produtiva e que resultem em taxas de retorno atrativas para seus acionistas.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

De forma análoga, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participações societárias que tenham resultado ou se espera que possam vir a resultar em efeitos relevantes nas suas operações e conseqüentemente nas suas demonstrações contábeis. É importante destacar que a Administração está permanentemente avaliando oportunidades de negócios que possam representar geração de valor para os acionistas da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

No ano de 2010 não ocorreram eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado efeito relevante sobre demonstrações contábeis e resultados.

Já o exercício de 2011 foi marcado por problemas que impactaram a operação da Companhia reduzindo seu volume de produção no período: (i) interrupção do fornecimento de energia elétrica no Polo Industrial de Camaçari de forma inesperada, resultando em fornecimento irregular de matérias-primas e (ii) paradas para manutenção em várias unidades, que apesar de programadas, numa unidade específica (alcoóis) em função de problemas financeiros com um dos prestadores de serviços contratados, resultaram em atrasos na retomada da produção normal.

Em 02 de agosto de 2011 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento das atividades da subsidiária integral Castletown Trading S.A., situada no Uruguai. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de outubro de 2011 foi aprovada a dissolução da sociedade, transferindo ao acionista (Elekeiroz S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações. A referida empresa se encontrava com suas operações paralisadas e este evento não resultou em impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

No ano de 2012, novamente ocorreu um apagão que resultou em perdas na unidade industrial localizada na Bahia, além do acirramento da chamada “guerra dos portos”, aumentando o volume de produtos importados que entram no País em condições favorecidas e pressionam as margens da indústria nacional.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Ao longo do ano de 2009 foram publicadas varias normas na conclusão do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade (CPCs 15 a 40), que produziram efeitos sobre as

demonstrações publicadas ao final do exercício de 2010, com efeitos sobre 2009 para fins de comparação.

Nos exercícios de 2011 e 2012 não entraram em vigor novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs ou IFRS que resultassem em impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

No triênio 2010-2012 a Companhia também não mudou práticas contábeis que pudessem impactar de forma significativa suas demonstrações contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações contábeis publicadas ao final dos exercícios de 2010, 2011 e 2012 não ocorreram alterações em práticas contábeis que resultassem em efeitos significativos sobre as demonstrações da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2012, 2011 e de 2010.

A PricewaterhouseCoopers Auditores emitiu parecer para as demonstrações relativas ao exercício de 2012 sem quaisquer ressalvas ou parágrafos de ênfase.

10.5 – Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados pela administração e discutidos com seus auditores e baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas no orçamento da Companhia, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

(b) Créditos de ICMS

A Companhia possui ativos relativos a créditos de ICMS acumulados na sua operação no estado da Bahia. O valor destes créditos está reduzido ao valor esperado do seu efetivo aproveitamento com base em projeções. Alterações na legislação fiscal, ou mesmo nas condições de mercado que fundamentam as projeções podem resultar em variação no valor justo destes créditos. Com base nas projeções atuais os créditos acumulados apresentam um *impairment* de R\$ 8.618 mil.

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas podem sofrer variações em relação aos montantes que serão realizados. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo

imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, um Comitê de Governança e Riscos que tem, entre outras atribuições: (i) Propor a revisão das políticas de exposição e tolerância aos riscos legais, financeiros, operacionais, patrimoniais e ambientais inerentes às atividades da Companhia; (ii) Avaliar situações particulares de exposição a riscos que lhe sejam apresentadas pela Diretoria e (iii) avaliar a existência e efetividade dos processos de controle interno e da estrutura de gerenciamento dos riscos e, nesse sentido, orientar os trabalhos de auditoria interna, selecionando empresas para este trabalho, avaliando seus resultados e supervisionando a observância pela Diretoria das recomendações feitas pelas auditorias interna e externa.

Como parte dos trabalhos da auditoria externa e independente, são efetuados estudos e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da Companhia, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Esses trabalhos envolvem a execução de procedimentos selecionados pelo auditor para obter evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, seja devido a fraudes ou erros. No trabalho de avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes e desenvolve o plano de trabalho adequado.

Os trabalhos de auditoria interna, contratados junto a terceiros, são realizados constantemente e de forma cíclica, avaliando os principais processos de negócio da Companhia de forma a assegurar que as normas, procedimentos e políticas estabelecidas estão sendo cumpridos, bem como monitorar a eficiência, segurança e adequada utilização dos sistemas de informação adotados e os respectivos riscos.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos conduziram uma avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria. A característica deste tipo de trabalho não permite expressar uma opinião específica sobre esses controles internos, mas resulta na apresentação de um relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos com base nas constatações feitas no decorrer dos trabalhos.

No relatório relativo ao último exercício não foram apontadas deficiências relevantes, apenas oportunidades de melhoria nos processos analisados e relacionados à elaboração das demonstrações contábeis examinadas.

Com base no relatório do ano anterior, melhorias na área de tecnologia da informação estão sendo consideradas, principalmente no que se refere a segurança do *datacenter* e planos de continuidade de negócios.

Os diretores entendem que as recomendações reportadas pelo auditor independente não impactam de forma relevante as demonstrações contábeis e mantém processo de acompanhamento e tratamento destas recomendações num esforço contínuo de aprimoramento dos controles internos, que de maneira geral são considerados pela Administração como adequados às suas operações, propiciando garantia razoável quanto à confiabilidade das informações e à preparação das demonstrações contábeis.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Nos exercícios de 2010 a 2012, a Elekeiroz não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.9 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Conforme apontado no item 10.8 deste Formulário, não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.10 - Plano de negócios

- a. investimentos, incluindo:
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No ano de 2012 foram investidos R\$ 38,4 milhões, com destaque para o projeto de ampliação de 30% na capacidade de produção da unidade de Resinas de Poliéster Insaturado no site de Várzea Paulista, além dos programas de aumento de produtividade, segurança e preservação do meio ambiente.

Os principais projetos de investimento da Elekeiroz previstos para os próximos anos podem ser classificados em três grandes grupos:

- Grupo 1 – Projetos de ampliação da capacidade instalada para os produtos que já compõem o portfólio da empresa. Esses projetos têm o intuito de adequar as operações da Companhia ao crescimento do mercado, de forma a manter e/ou expandir seu *market share*.
- Grupo 2 – Projetos de implantação de novos negócios envolvendo produtos que apresentem sinergia com os já existentes. Nesta categoria estão projetos que representam de fato a introdução de novos produtos no portfólio ou envolvam matérias primas e/ou processos alternativos aos atuais, desde que tragam benefícios comparativos relativamente à situação atual, como o estudo de produção de normal butanol a partir de fontes renováveis.
- Grupo 3 – Investimentos correntes, que englobam todos os projetos voltados à manutenção das unidades produtivas e instalações auxiliares de produção, atualizações tecnológicas, segurança dos colaboradores e programas de proteção ao meio ambiente, entre outros.

Para quaisquer projetos, nas três categorias, a passagem da fase de estudos para a de implantação depende de as rentabilidades serem atrativas para os acionistas da Companhia.

O quadro a seguir apresenta de forma resumida os estudos em andamento, com uma previsão de prazos para conclusão e valores iniciais estimados de implantação.

RELAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO					
PROJETO	CAPACIDADE PRODUÇÃO (em t/ano)		LOCALIZAÇÃO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	INVESTIMENTO TOTAL (US\$ 1.000)
	ATUAL	FUTURA			
<u>Grupo 1</u> Oxo-Alcoóis	150.000	210.000	Camaçari-BA	2016	87.000
<u>Grupo 3</u> Automação, Tecnologia, Segurança e Meio Ambiente	-	-	Camaçari-BA Várzea Paulista-SP	2017	70.000
TOTAL					157.000

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia os seus investimentos com a utilização de recursos derivados da geração própria de caixa ou de aumentos de capital específicos, bem como por financiamentos de longo prazo concedidos por órgãos de fomento governamentais, como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, ou mesmo com Bancos privados, atuando como agentes das agências de fomento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimento relevante em curso, assim como também não há, num horizonte próximo, previsão de qualquer desinvestimento, embora a Companhia esteja sempre atenta a oportunidades que de alguma forma possam trazer ganhos de valor aos seus acionistas.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O principal projeto previsto refere-se à ampliação da planta de oxo-alcoóis, no site de Camaçari – BA, que resultará na ampliação da capacidade e de produção de 150 mil t/ano para 210 mil t/ano, com conclusão prevista para 2017.

- c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2012, com a criação de uma área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, a Companhia investiu recursos humanos e financeiros destinados à materialização de estratégias de aumento da competitividade e do portfólio da Elekeiroz.

Os projetos em curso abordam desenvolvimento dos produtos e processos atuais, bem como de novos itens a serem desenvolvidos a partir de matérias-primas renováveis e mais competitivas. Além dos recursos internos utilizados na condução dos projetos, foram estabelecidas parcerias com institutos de pesquisa por meio de mecanismos da Embrapii. Essas iniciativas elevarão o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação dos atuais 0,3% para 1,2% do faturamento em 2013.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor está consolidado no item (iv) a seguir.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento e divulgados pela empresa são os já citados no item (i) deste capítulo.

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2012 a Companhia investiu o montante de R\$ 2,9 milhões em desenvolvimento de produtos e aprimoramento de processos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há qualquer outro fator que tenha influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenha sido apresentado nos demais itens desta seção.

ANEXO III**PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Conforme o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 7 de fevereiro de 2013, aprovou as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 459.346,49 seja destinado conforme segue:

	R\$
Resultado do Exercício de 2012.....	459.346,49
(-) Incentivo fiscal de redução de IRPJ reconhecido no resultado.	(701.651,33)
(+) Reversão da Reserva Especial.....	(242.304,84)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social de 2012 foi de R\$ 459.346,49.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A Companhia não distribuiu dividendos e juros sobre capital próprio sobre os resultados apurados no exercício de 2012 em função de ter apurado base de cálculo negativa para os dividendos, conforme detalhado no quadro do item 3 a seguir.

Considerando o disposto no art. 3, item 3.7f do estatuto social da Companhia, foi destinado o dividendo mínimo de R\$ 2,00 por lote de 1000 ações preferenciais, resultando num dividendo do montante de R\$ 33.934,04.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Lucro líquido do exercício de 2012 – R\$	459.346,49
(-) Incentivo fiscal de redução de IRPJ reconhecido no resultado – R\$	(701.651,33)
(=) Base de cálculo dos dividendos – R\$	(242.304,84)

Conforme demonstrado acima, a base de cálculo para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório do exercício foi negativa, razão pela qual, por força do Estatuto Social, foi distribuído, aproximadamente, 7,4% do lucro líquido do exercício como dividendo prioritário mínimo anual aos acionistas preferencialistas.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

O dividendo prioritário mínimo anual destinado às ações preferenciais, no montante total de R\$ 33.934,04, correspondente a R\$ 0,002 por ação, foi declarado a débito da reserva de lucros do exercício de 2006.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

A Companhia não distribuiu dividendos e juros sobre capital próprio sobre os resultados apurados no exercício de 2012, em função de ter apurado base de cálculo negativa de dividendos conforme demonstrado no item 3.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas podem receber os valores que lhes são devidos da seguinte forma:

- Acionistas titulares de contas correntes no Itaú, cadastradas: o pagamento será realizado mediante crédito diretamente nas respectivas contas correntes.
- Acionistas titulares de contas correntes em outros bancos que já tiverem indicado banco/agência/conta corrente: o pagamento será realizado mediante DOC eletrônico ou TED, conforme os respectivos valores.
- Acionistas cujas ações estejam depositadas nas custódias fiduciárias da BM&FBOVESPA: o pagamento será realizado diretamente à BM&FBOVESPA, que se incumbirá de repassá-los aos acionistas titulares, por intermédio das Corretoras de Valores depositantes.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos a serem pagos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

	Data da Aprovação	Data da Posição Acionária
Dividendo prioritário mínimo ações preferenciais	07/02/2013	28/02/2013

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Vide item 2 deste anexo.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os dividendos declarados (item 2) serão pagos segundo o seguinte cronograma:

Evento	Valor Bruto por Ação Preferencial – R\$	Data de Pagamento
Dividendo Prioritário Mínimo Anual - RCA 07/02/2013	0,002	30/04/2013

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2009 (*)	2010	2011	2012
Lucro líquido do exercício – R\$	3.829.778,75	45.200.803,64	14.826.895,10	459.346,49

Qde. de ações ON	14.518.150	14.518.150	14.518.150	14.518.150
Qde. de ações PN	16.967.020	16.967.020	16.967.020	16.967.020
Lucro por ação ON – R\$	0,1216	1,4356	0,4709	0,0146
Lucro por ação PN – R\$	0,1216	1,4356	0,4709	0,0146

(*) O resultado do ano de 2009 é o publicado no encerramento daquele exercício, não apresentando eventuais ajustes decorrentes da adoção dos CPCs com efeitos retroativos para fins de comparação.

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R\$ 0,00

Proventos	2009	2010	2011
Juros sobre o capital próprio Brutos	1.600.000,00	11.492.087,05	3.778.220,40
Juros sobre o capital próprio Líquidos	1.360.000,00	9.768.273,99	3.211.487,34
Dividendos	-	-	339.681,17
Remuneração Líquida Total	1.360.000,00	9.768.273,99	3.551.168,51
Remuneração Líquida por ação			
R\$/ação ON	0,043195	0,310250	0,112790
R\$/ação PN	0,043195	0,310250	0,112790

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não foi constituída reserva legal no exercício de 2012, conforme demonstrado a seguir.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido - R\$	459.346,49
(-) Incentivo fiscal de redução de IRPJ - R\$	(701.651,33)
Base de cálculo negativa – R\$	(242.304,84)

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme estabelecido no item 3.7 (artigo 3º) do Estatuto da Companhia, as ações preferenciais, sem direito a voto, têm direito a um dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 (dois reais) por mil ações, ou R\$ 0,002 por ação.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido do exercício, após a obrigatória destinação à reserva de incentivo fiscal, não é suficiente para o pagamento integral do dividendo mínimo obrigatório do exercício.

O dividendo mínimo prioritário anual declarado de R\$ 0,002, definido no Estatuto Social da Companhia, para as ações preferenciais será debitado à conta de Reserva de Lucros/Reserva Especial (subconta de lucros apurados em 2006).

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor global do dividendo mínimo prioritário anual a ser pago às ações preferenciais é de R\$ 33.934,04.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor do dividendo mínimo prioritário anual a ser pago por ação preferencial é de R\$ 2,00 por lote de 1.000 ações, ou seja, R\$ 0,002 por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme estabelecido no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da Reserva Especial será creditada à mesma reserva.

Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório sobre os resultados apurados no exercício de 2012, em função de base de cálculo negativa.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**a. Informar o montante da retenção****b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos****c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificar o montante destinado à reserva****b. Identificar a perda considerada provável e sua causa****c. Explicar porque a perda foi considerada provável****d. Justificar a constituição da reserva**

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não há proposta de destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva

No exercício de 2012 foi destinado à reserva de incentivos fiscais o montante de R\$ 701.651,33.

b. Explicar a natureza da destinação

Esta reserva é constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda contabilizados no resultado do exercício, que posteriormente são transferidos para a reserva de incentivo fiscal e excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo, que na forma da legislação fiscal vigente não podem ser distribuídos aos Acionistas.

ANEXO IV**ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09**

Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração do emissor, cuja eleição será proposta pelo acionista controlador, seguem as seguintes informações:

Nome	Cesar Suaki dos Santos
Idade	50
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	076.350.928-04
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Independente)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	--
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Henri Penchas
Idade	67
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	061.738.378-20
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	--
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Olavo Egydio Setubal Júnior
Idade	60
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou nº do passaporte	006.447.048-29
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Paulo Setubal Neto
Idade	63
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	638.097.888-72
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Suplente)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Reinaldo Rubbi
Idade	66
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	206.972.448-49
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Governança e Riscos
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Ricardo Egydio Setubal
Idade	50
Profissão	Advogado
CPF ou nº do passaporte	033.033.518-99
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Pessoas
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Ricardo Villela Marino
Idade	39
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	252.398.288-90
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Suplente)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	-
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Rodolfo Villela Marino
Idade	37
Profissão	Administrador de Empresas
CPF ou nº do passaporte	271.943.018-81
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Divulgação Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Governança e Riscos
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Rogério Almeida Manso da Costa Reis
Idade	56
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	599.705.617-15
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Independente)
Data de eleição	23/04/2013
Data da posse	
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Coordenador do Comitê de Governança e Riscos Membro do Comitê de Estratégia
Eleito pelo controlador	Sim

Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração, seguem:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico do emissor, ou (II) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Cesar Suaki dos Santos

Atualmente é sócio da Maestà – Gestão Patrimonial (*Multi Family Office*), Conselheiro da Odontoprev e de 4 empresas S.A. fechadas (Alimentos, Medical Devices, Varejo e Holding de Participações Privada) e voluntário do EEP – *Endowment* da Escola Politécnica da USP.

Foi sócio da GenPar Investimentos & Participações e atuou como: CEO da Martins Atacado-Distribuidor; Diretor Executivo Comercial & *Supply Chain* do Grupo Pão de Açúcar; Diretor Geral da Holding ALL; Diretor de Mercado da Ultragaz; e, Conselheiro da DPaschoal, do Instituto Pão de Açúcar e do Instituto Alair Martins.

Formação Acadêmica: Engenheiro de Produção formado pela Universidade de São Paulo, com Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo, Conselheiro Certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e pelo Programa de Desenvolvimento de Conselheiros - PDC da Fundação Dom Cabral.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Odontoprev S.A., Grupo Pão de Açúcar, Holding ALL nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Henri Penchas

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Diretor Presidente desde agosto de 2009 e Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde novembro de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Diretor Geral de abril a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - Diretor Vice-Presidente desde abril de 2009, Diretor de Relações com Investidores desde 2009 e de 1995 a abril de 2008, Diretor Executivo de dezembro de 1984 a abril de 2008, Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde abril de 2005, Membro dos Comitês de Políticas de Investimento e de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a maio de 2011.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A. - Membro do Conselho de Administração desde março de 2003, Membro dos Comitês de Estratégia e de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009, Membro do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de maio de 2005 a abril de 2009, Vice-Presidente Sênior de março de 2003 a maio de 2008, Membro dos Comitês de Gestão de Riscos e de Capital e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco S.A. - Vice-Presidente Sênior responsável pela Área de Controle Econômico de abril de 1997 a abril de 2008, Membro do Conselho de Administração de abril de 1997 a março de 2003, Vice-Presidente Executivo de abril de 1993 a março de 1997, Diretor Executivo de 1988 a 1993.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A. - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2009, Vice-Presidente do Conselho de Administração de fevereiro de 2003 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira de investimento.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Mackenzie em 1968, e pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

lii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.), Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A. nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Olavo Egydio Setubal Júnior

Vice-Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Itautec S.A. - Grupo Itautec - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011 e Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da Companhia: fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial, computação e serviços tecnológicos.

Itauseg Participações S.A. - Vice-Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: holding de instituições não-financeiras.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Membro Suplente do Conselho de Administração desde agosto de 2009 e Membro do Comitê de Sustentabilidade desde novembro de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Membro do Conselho de Administração de abril de 1993 a abril de 2008 e Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas, formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em 1978.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Elekeiroz S.A., Itautec S.A. – Grupo Itautec, Itauseg Participações S.A., Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Paulo Setubal Neto

Membro do Conselho de Administração desde 1986 e Diretor Presidente de março de 1993 a abril de 2009.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. - Membro do Conselho de Administração desde 1999; Diretor Executivo entre 1987 e 1991 e Diretor Vice-Presidente Executivo entre 1991 e 1999.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Membro do Conselho de Administração desde 1997 e Diretor Presidente de 1997 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial, computação e serviços tecnológicos.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Vice-Presidente do Conselho de Administração de abril de 2001 a abril de 2009, Diretor Presidente de janeiro de 1991 a abril de 2009 e Membro do Conselho de Administração de dezembro de 1990 a abril de 2001.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial formado pela Faculdade de Engenharia Industrial, em 1971 e Mestre em Finanças pela Faculdade Getúlio Vargas, em 1974.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Elekeiroz S.A., Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itautec S.A. – Grupo Itautec, Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Reinaldo Rubbi

Membro do Conselho de Administração desde abril de 1993, Diretor de Relações com Investidores de abril de 1993 a março de 2012, Diretor Geral de 1993 a abril de 2010 e Diretor Presidente de abril de 2010 a março de 2012 nas empresas químicas do Grupo Itaúsa que foram sucedidas pela atual Elekeiroz S.A. Membro dos Comitês de Estratégia e de Governança e Riscos desde dezembro de 2010 e dos Comitês de Divulgação e de Pessoas de dezembro de 2010 a março de 2012.

Itaúsa Empreendimentos S.A. - Diretor Executivo desde outubro de 2010, Diretor Vice-Presidente de abril de 2006 a outubro de 2010 e Diretor Adjunto de abril de 2002 até abril de 2006.

Atividade principal da Companhia: holding

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde julho de 2012, Membro do Comitê de Estratégia desde abril de 2012.

Atividade principal da Companhia: fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial, computação e serviços tecnológicos.

TCI Trading S.A. - Diretor Executivo de agosto de 2009 a abril de 2012 e Diretor Vice-Presidente Executivo de novembro de 2006 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: importação de produtos em geral

Fundação Itaúsa Industrial – Diretor Executivo e Diretor Geral desde abril de 2012, Presidente do Conselho Deliberativo de abril de 2010 a abril de 2012 e Presidente do Conselho Fiscal de abril de 2006 a abril de 2010.

Atividade principal: entidade de previdência privada

Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM - Membro do Conselho Diretor desde maio de 1997.

Atividade principal: coordenar e defender os interesses das indústrias químicas e de produtos derivados do Brasil

Formação Acadêmica: Engenheiro mecânico de produção pela Escola Politécnica da USP – 1971 e MBA pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, especialização em finanças – 1975.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Elekeiroz S.A. e Itautec S.A. – Grupo Itautec nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Ricardo Egydio Setubal

Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011; Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a abril de 2011; Membro do Comitê de Estratégia, do Comitê de Pessoas desde dezembro de 2010, Membro do Comitê de Divulgação de dezembro de 2010 a agosto de 2011 e Vice-Presidente Executivo do Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e Cultural de outubro de 2007 a abril de 2009.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009, Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde maio de 2009, Coordenador do Comitê de Políticas de Investimento de maio de 2010 a maio de 2011 e Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a maio de 2010.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Presidente do Conselho de Administração desde fevereiro de 2010, Membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, do Comitê de Divulgação, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Pessoas e Governança desde setembro de 2010, Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a janeiro de 2010, Membro do Conselho de Administração de abril de 1999 a abril de 2008 e Diretor Vice-Presidente Executivo de abril de 1999 a janeiro de 2010.

Atividade principal da Companhia: fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial, computação e serviços tecnológicos.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Vice-Presidente do Conselho de Administração desde agosto de 2009, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde novembro de 2009 e do Comitê de Divulgação e Negociação desde abril de 2012 e de março de 2010 a abril de 2011.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Vice-Presidente do Conselho de Administração de abril de 2009 a agosto de 2009 e Membro do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Formação Acadêmica: Advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1988, Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em 1984 e especializado (PMD 69) pela *Harvard University*, em 1995.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Elekeiroz S.A., Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itautec S.A. – Grupo Itautec, Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não

Ricardo Villela Marino

Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2011 e Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a maio de 2011.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A. - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, Membro do Comitê de Pessoas desde junho de 2009, Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco S.A. - Diretor Vice-Presidente desde abril de 2010, Diretor Executivo de setembro de 2006 a abril de 2010, Diretor Gerente Senior de abril de 2005 a agosto de 2006 e Diretor Gerente entre abril de 2004 a abril de 2005.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira comercial.

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial, computação e serviços tecnológicos.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Membro Suplente do Conselho de Administração desde agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Federación Latino Americana de Bancos FELABAN - Presidente desde novembro de 2008.

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Mecânica formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1996 e Mestre em Administração de Empresas, pela Universidade de Administração de Empresas – MIT Sloan – Cambridge, EUA, em 2000.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Elekeiroz S.A., Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A., Itautec S.A. – Grupo Itautec, Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e

as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Rodolfo Villela Marino

Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2010, Membro do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2010, Membro dos Comitês de Estratégia, de Governança e Riscos, de Pessoas e de Divulgação desde dezembro de 2010.

Itáusa – Investimentos Itaú S.A. - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011, tendo sido Suplente de abril de 2009 a abril de 2011; Membro dos Comitês de Ética, Divulgação e Negociação desde maio de 2009 e de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itautec S.A. – Grupo Itautec - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, Membro do Comitê de Pessoas e Governança desde abril de 2012, do Comitê de Estratégia desde setembro de 2010 e do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos de setembro de 2010 a abril de 2012.

Atividade principal da Companhia: fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial, computação e serviços tecnológicos.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) - Membro Efetivo do Conselho de Administração desde agosto de 2009, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, do Comitê de Sustentabilidade e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde novembro de 2009, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de novembro de 2009 a abril de 2010 e de maio de 2011 a abril de 2012.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.) - Membro do Conselho de Administração de abril de 2008 a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Estudos do Desenvolvimento e em Economia e Filosofia pela *LSE – London School of Economics and Political Science*.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhia aberta: Elekeiroz S.A., Itáusa – Investimentos Itaú S.A., Itautec S.A. – Grupo Itautec, Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.) e Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), nos cargos acima especificados.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Rogério Manso da Costa Reis

Membro do Conselho de Administração da Elekeiroz desde novembro de 2009. Coordenador do Comitê de Governança e Riscos desde dezembro de 2010 e membro do Comitê de Estratégia desde dezembro de 2010.

Associado à Solazyme, empresa de biotecnologia e óleos renováveis, desde 2011, inicialmente como membro do Conselho Consultivo e, a partir de julho, como diretor comercial. Foi vice-presidente executivo na Brenco S.A., empresa voltada à produção de etanol, entre 2007 e 2010. Anteriormente trabalhou na Petrobrás S.A., empresa voltada à produção e refino de petróleo e gás natural como chefe de setor, gerente comercial, chefe de divisão, superintendente-adjunto, gerente executivo, diretor gerente e diretor até 2007. Foi membro também dos conselhos de administração da Petroquisa e Copesul.

Formação Acadêmica: Engenheiro Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - 1978, e *Master of Business Administration* pela *New York University* - 1990.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal - Não; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não; iii qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

- Rodolfo Villela Marino (Presidente do CA) é irmão de Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA).
- Ricardo Egydio Setubal (membro efetivo do CA) é irmão de Olavo Egydio Setubal Júnior (membro efetivo do CA) e Paulo Setubal Neto (membro suplente do CA).

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não se aplica.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O grupo controlador da emissora é composto pelas famílias:

- VILLELA: Maria de Lourdes Egydio Villela, seus filhos Rodolfo Villela Marino (Presidente do CA), Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA) e seus sobrinhos Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela.
- SETUBAL: pelos irmãos Alfredo Egydio Setubal, José Luiz Egydio Setubal, Maria Alice Setubal, Roberto Egydio Setubal, Olavo Egydio Setubal Júnior (Vice-Presidente do CA), Paulo Setubal Neto (membro suplente do CA) e Ricardo Egydio Setubal (membro efetivo do CA).

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

- Rodolfo Villela Marino (Presidente do CA da emissora e membro efetivo do CA da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.) é irmão de Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA da emissora e da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Diretor Executivo da controladora indireta Companhia Esa);
- Olavo Egydio Setubal Júnior (Vice-Presidente do CA da emissora) é irmão de Ricardo Egydio Setubal (membro efetivo do CA da emissora, membro suplente do CA da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Diretor Executivo da controladora indireta Companhia ESA), de Paulo Setubal Neto (membro suplente do CA da emissora e membro efetivo do CA da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.), de Roberto Egydio Setubal (Diretor Vice-Presidente da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.) e de Alfredo Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA da controladora direta Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Diretor Vice-Presidente da controladora indireta Companhia ESA).

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não se aplica.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Os conselheiros Rodolfo Villela Marino, Olavo Egydio Setubal Júnior, Ricardo Egydio Setubal, Paulo Setubal Neto e Ricardo Villela Marino integram o grupo de controle, direto e indireto, da Companhia.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.

ANEXO V**PROPOSTA DE VERBA ANUAL PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao disposto no artigo 12, incisos I e II da Instrução CVM 481/09

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria a ser proposta na AGO é de até R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), contemplando as vantagens e benefícios de qualquer natureza.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

De acordo com o disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os proventos dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria), são compostos pela “remuneração” (parcela fixa) e pela “participação nos lucros” (parcela variável). A “remuneração” é definida pela Assembleia Geral, que fixa verba global e anual para este fim, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização da mesma.

A política de remuneração e participação nos lucros tem como objetivos atrair, recompensar e incentivar os administradores na condução dos negócios da Companhia, contribuindo para o alcance de suas metas estratégicas.

É realizado periodicamente, por empresa especializada, acompanhamento dos valores de remuneração e participação nos lucros praticados no mercado para esses administradores, visando garantir um razoável equilíbrio entre os proventos pagos pela Companhia e por empresas similares.

b. composição da remuneração, indicando:**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Os Administradores recebem pró-labore mensal fixo como contraprestação pelo exercício de seu mandato. Os diretores recebem também remuneração variável a título de participação nos lucros em função dos resultados anuais da Companhia, ambas compatíveis com as pesquisas de mercado de mão de obra realizadas periodicamente. Além disso, tem como benefícios indiretos, assistência médica, veículo designado para uso em serviço, seguro de vida e direito a plano de previdência privada para o qual contribuem os Diretores e a empresa.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2012	Pró-Labore	Participação Lucros (*)	Benefícios	TOTAL
Conselho	81%	0%	19%	100%
Diretoria	70%	0%	30%	100%

(*) em função dos resultados da Companhia no exercício de 2012 não foi paga remuneração a título de participação nos lucros.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Para o pagamento da remuneração, ou pró-labore dos Administradores, a Assembleia Geral fixa verba global e anual, cuja utilização é regulamentada pelo Conselho de Administração, conforme definido no artigo 5º, item 5.1, do Estatuto Social. A participação nos lucros, variável por sua natureza, não pode, todavia exceder a 10% do Lucro Líquido e nem à somatória da remuneração

atribuída aos Administradores no período a que se referir o balanço, pelas disposições do mesmo item 5.1.

Os valores individuais de remuneração são aprovados pelo Presidente do Conselho e suas correções periódicas são baseadas em pesquisas de mercado realizadas por empresas especializadas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Com a política de remuneração e participação nos lucros anteriormente indicada, a Companhia visa remunerar seus Administradores conforme as responsabilidades do seu cargo, as práticas de mercado e o desempenho de seus negócios.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para o exercício de 2013, foram propostos pelo Comitê de Pessoas e aprovados pelo Conselho de Administração, dois indicadores de resultados econômicos da empresa para definir os níveis de Remuneração Variável dos diretores: o Lucro Líquido e o EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parte variável dos proventos, até o exercício de 2012, vinha sendo representada pela participação nos lucros, que em função de sua própria definição, refletia diretamente o desempenho da empresa na remuneração. Para o exercício de 2013 os dois indicadores de resultados econômicos escolhidos terão a mesma ponderação (de 50% cada um), com uma faixa de variação em torno de seus respectivos valores alvo orçados. O indicador Lucro Líquido tem um diferencial que o caracteriza como “gatilho”, representado pelo valor mínimo de sua faixa de variação premiável: abaixo desse valor, nada será pago a título de remuneração variável ou Participação nos Lucros, independentemente do resultado do segundo indicador, o EBITDA. Esses indicadores de resultados econômicos serão responsáveis por cerca de 75% da remuneração variável dos diretores; o restante será função de objetivos relativos a contribuições individuais voltados ao desenvolvimento futuro da empresa.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A parte fixa dos proventos dos Administradores acompanha parâmetros de mercado e a parte variável é baseada em tradicionais indicadores de resultados econômico-financeiros, que são função do alcance dos valores orçados de volumes, faturamento, rentabilidade e demais variáveis do negócio, com as limitações estatutárias acima referidas, além de, conforme descrito acima, passarem a ter uma parte em função de objetivos individuais direcionados ao crescimento da empresa.

Considerando que os proventos dos Administradores, em especial sua parcela variável, são impactados pelos resultados do Emissor, inclusive pelos riscos que ele assume, e por objetivos que levam em consideração o desejado desenvolvimento dos negócios, a Companhia acredita que a política adotada faz com que os interesses dos Administradores fiquem alinhados aos seus próprios interesses.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os proventos de todos os Administradores são pagos única e diretamente pela Companhia, não havendo membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladora. Eventuais membros da Administração que sejam executivos e/ou conselheiros em outras empresas do Grupo são remunerados pelas atividades nelas exercidas.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de outros eventos societários.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2010	2011	2012	2013 (Previsto)
Nº membros remunerados (*)	5,83	5,67	7	7
Remuneração - R\$ mil				
i. Fixa				
Pró-Labore	1.130	1.320	1.908	1.865
Benefícios direto e indireto	0	0	0	46
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros ¹	226	264	316	373
ii. Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participações nos Resultados	0	0	0	0
Participações em Reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
iii. Benefícios Pós Emprego	72	87	136	133
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
v. Remuneração baseada em ações	0	0	0	0
Total Conselho Administração	1.428	1.671	2.360	2.417

(*) Quantidade de conselheiros apresenta apenas os conselheiros remunerados, não incluindo suplentes nem membros que acumulam função na diretoria executiva e são remunerados exclusivamente pela função de diretor.

(*) Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

(¹) INSS sobre honorários

DIRETORIA	2010	2011	2012	2013 (Previsto)
Nº Membros (*)	3	3	3	3
Remuneração - R\$ mil				
i. Fixa				
Pró-Labore	1.920	1.781	2.642	2.807
Benefícios direto e indireto	250	112	131	139
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros ¹	384	538	829	786
ii. Variável				
Bônus	0	0	0	0
Participações nos Resultados	2.911	593	0	1.974
Participações em Reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
iii. Benefícios Pós Emprego	438	279	191	204
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
v. Remuneração baseada em ações	0	0	0	0
Total Diretoria	5.903	3.303	3.793	5.910
Total Geral (Conselho + Diretoria)	7.331	4.974	6.153	8.327

(*) Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

(¹) INSS sobre honorários

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente (2013)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros com remuneração variável	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	(C)	(A)
Participação nos resultados	(B)	1.974	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração	(B)	Não há	(A)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	(B)	10% do Lucro Líquido	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas	(B)	1.974	(A)

Remuneração Variável no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros com remuneração variável	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	(C)	(A)
Participação nos resultados	(B)	Não houve	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração	(B)	Não houve	(A)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	(B)	10% do Lucro Líquido	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas	(B)	2.821	(A)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	(B)	Não houve	(A)

Remuneração Variável no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros com remuneração variável	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	(C)	(A)
Participação nos resultados	(B)	593	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração	(B)	Não houve	(A)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	(B)	10% do lucro líquido	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas	(B)	593	(A)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	(B)	593	(A)

Remuneração Variável no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº membros com remuneração variável	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	(C)	(A)
Participação nos resultados	(B)	2.911	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração	(B)	Não houve	(A)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	(B)	10% do lucro líquido	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas	(B)	2.911	(A)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	(B)	2.911	(A)

Observações:

- (A) A Companhia não possui Conselho Fiscal de funcionamento permanente e não ocorreu instalação do mesmo nos anos apresentados.
- (B) O Conselho de Administração não recebe remuneração Variável
- (C) A Companhia não utiliza bônus como forma de remuneração dos diretores estatutários

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2003, foi aprovado um plano de outorga de opções de ações, facultando aos Administradores e funcionários participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até a data de elaboração deste formulário o referido plano ainda não resultou na outorga de opções aos administradores e funcionários da Companhia.

a. termos e condições gerais

As opções a serem outorgadas com base no plano conferirão aos respectivos titulares o direito de subscrever ações do capital autorizado da Elekeiroz, observadas as condições estabelecidas no plano.

A Companhia poderá, a seu critério, ao invés de proceder ao aumento de capital para subscrição pelos titulares que exerçam a opção, vender a eles ações mantidas em tesouraria que tenham sido adquiridas para recolocação. Cada opção dará direito à subscrição de uma ação.

Compete exclusivamente ao Comitê de Pessoas da Elekeiroz designar periodicamente os diretores da Companhia aos quais serão outorgadas as opções, nas quantidades que especificar. Se e quando razões excepcionais e relevantes justificarem, poderão ser outorgadas opções a diretores de empresas controladas, e também a funcionários categorizados da Elekeiroz ou de empresas controladas.

Compete ao Coordenador do Comitê de Pessoas dar ciência ao Conselho de Administração das outorgas de opções decididas pelo Comitê. O Conselho de Administração poderá reformar as decisões do Comitê dentro do prazo de 30 (trinta) dias. Não o fazendo entender-se-á que as opções outorgadas pelo Comitê foram confirmadas e sancionadas, tornando-se definitivas.

b. principais objetivos do plano

O principal objetivo do plano é integrar executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da sociedade.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano foi instituído para alinhar a remuneração dos executivos com a valorização das ações da Companhia a médio e longo prazo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano insere-se na remuneração variável, de forma diferente das participações diretas nos resultados. Estas refletem o desempenho no curto prazo, enquanto a remuneração com opções refletiria o desempenho a médio e longo prazo.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Após estabelecer o total de opções a serem distribuídas e a eventual segmentação em séries, o Comitê de Pessoas seleciona os executivos aos quais serão outorgadas e fixa as quantidades de opções de cada série que caberão a cada executivo selecionado, ponderando a seu exclusivo critério, a "performance" dos elegíveis no exercício base, as remunerações já auferidas nesse exercício e avaliações outras que entender aplicáveis.

f. número máximo de ações abrangidas

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido auferidos lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

A quantidade total de opções a serem outorgadas com relação a determinado exercício não ultrapassará o limite de 2,5% (dois e meio por cento) da totalidade das ações da Elekeiroz que os

acionistas majoritários e minoritários possuírem na data do balanço de encerramento desse mesmo exercício.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Observados os limites mencionados no item anterior, o Comitê se reunirá para estabelecer a quantidade total de opções a serem outorgadas com relação ao exercício anterior.

O Comitê pode segmentar em séries o lote total de opções a serem outorgadas, estabelecendo as características e condicionamentos de cada série, especialmente o preço do exercício, o prazo de vigência e o período de carência das correspondentes opções.

h. condições de aquisição de ações

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas no Plano e descritas nos demais itens deste tópico.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Entende-se por "preço de exercício" o valor que deverá ser pago à Elekeiroz pela subscrição de cada ação, em decorrência do exercício de opção que haja sido outorgada. Esse preço será fixado pelo Comitê no ato da outorga da opção e será reajustado pelo mesmo índice admitido para a correção dos balanços patrimoniais, "pro rata temporis". No caso de esse índice ser extinto competirá ao Comitê estabelecer novas bases para aquele reajuste.

Para a fixação do preço de exercício o Comitê considerará a média dos preços verificados para as ações da Elekeiroz nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo, no período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data da emissão das opções, a critério do mesmo Comitê, facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50%, para mais ou para menos.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções terão vigência pelo prazo que o Comitê fixar ao outorgá-las, ficando automaticamente extintas no término desse prazo.

O prazo de vigência de cada série de opções terá início na data em que essa série houver sido emitida e o respectivo término recairá no final de um período que poderá variar entre o mínimo de 5 anos mais o ano da emissão e o máximo de 10 anos mais o ano da emissão, entendendo-se por ano da emissão o ano civil do calendário durante o qual a emissão houver ocorrido. O prazo de vigência da opção sempre terminará assim, no último dia útil do último ano civil abrangidos por esse prazo.

k. forma de liquidação

Exercendo a opção, o respectivo titular deverá pagar o preço do exercício em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na Bolsa de Valores de São Paulo.

l. restrições à transferência das ações

O titular da opção poderá dispor livremente de metade das ações que houver adquirido através de cada ato de exercício dessa opção. A outra metade ficará indisponível pelo prazo de 2 (dois) anos, contado a partir da data do exercício de opção, averbando-se essa indisponibilidade na forma e para os fins previstos no art. 40 da Lei nº 6.404 de 15.12.76, ressalvadas as exceções a seguir estabelecidas.

A indisponibilidade prevista no parágrafo anterior não será aplicada nas subscrições de ações mediante exercícios de opção que forem realizadas no último ano do prazo de vigência dessa opção.

No início desse último ano do prazo de vigência da opção, ficarão antecipadamente liberadas todas as ações até então indisponíveis que houverem sido inscritas mediante exercícios parciais anteriores da mesma opção.

A indisponibilidade supra não será também aplicada com relação às ações inscritas em decorrência do exercício da opção, a qualquer tempo, por titular aposentado ou por herdeiros de titular falecido.

As ações gravadas com a indisponibilidade prevista no item supracitado ficarão total e antecipadamente liberadas se e quando ocorrer a aposentadoria ou o falecimento do respectivo titular.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções não podem ser exercidas durante períodos de suspensão, que são determinados pelo Comitê de Pessoas quando se justificarem, seja para ordenar os trabalhos de subscrição, seja para impedir subscrições nos períodos em que a CVM veda aos diretores negociarem ações da empresa que dirigem.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Terão sua vigência extinta, antecipadamente, de pleno direito, as opções cujos titulares se desligarem ou forem desligados da Elekeiroz e/ou empresas controladas e deixarem de ter atribuições executivas em qualquer sociedade desse conglomerado. As opções de diretores se extinguirão na data em que deixarem o exercício do cargo, seja por renúncia, seja por iniciativa do órgão que os elegeu, seja por término de mandato, sem recondução. Em se tratando de funcionário, a extinção ocorrerá na data em que se rescindir o contrato de trabalho.

Não ocorrerá a extinção antecipada prevista no item anterior se o desligamento ocorrer em razão de aposentadoria do titular na Elekeiroz ou empresa controlada. Nesse caso, as opções de que o aposentado for titular poderão ser exercidas até o final do prazo de vigência, ou até o final do prazo de 3 (três) anos contado a partir da data de desligamento, prevalecendo entre esses dois prazos o que primeiro expirar.

Falecendo o titular das opções, os respectivos herdeiros poderão exercê-las até o final do prazo de vigência, ou até o final do prazo de 3 (três) anos contado a partir da data do óbito, prevalecendo entre esses dois prazos o que primeiro expirar.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Órgãos	Elekeiroz S.A.		Controladora Direta		Controladora Indireta
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	Ações Ordinárias	Companhia ESA
Conselho de Administração	95	90	273.376.885	102.495.145	273.376.830
Diretoria	39	20	-	33.176	-

Nota:

Em 31.12.2012, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Desde a instituição do plano de remuneração em opções de ações, não foram outorgadas opções de compra aos Administradores da Companhia e não há previsão para que ocorra no exercício corrente.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com a seguinte conteúdo:

Desde a instituição do plano de remuneração em opções de ações, não foram outorgadas opções de compra aos Administradores da Companhia, portanto não existem opções em aberto.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Desde a instituição do plano de remuneração em opções de ações, não foram outorgadas opções de compra aos Administradores da Companhia.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Desde a instituição do plano de remuneração em opções de ações, não foram outorgadas opções de compra aos Administradores da Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e os diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	CONSELHO	DIRETORIA
Nº Membros	5	3
Nome do plano	Plano PAI-CD	Plano PAI-CD
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1	1
Condições para se aposentar antecipadamente	Para a aposentadoria antecipada, os participantes devem atender aos seguintes requisitos: 1. Mínimo de 55 anos de idade; 2. Mínimo de 10 anos de plano; e 3. Não ter mandato ativo ou vínculo empregatício com os patrocinadores	Para a aposentadoria antecipada, os participantes devem atender aos seguintes requisitos: 1. Mínimo de 55 anos de idade; 2. Mínimo de 10 anos de plano; e 3. Não ter mandato ativo ou vínculo empregatício com os patrocinadores
Valor atualizado das contribuições acumuladas do plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.781 mil	R\$ 1.770 mil
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 109 mil	R\$ 180 mil
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há possibilidade de resgate antecipado de contribuições	Não há possibilidade de resgate antecipado de contribuições

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Item não divulgado em razão de liminar concedida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no âmbito do processo nº 2010.5101002888-5.

Essa liminar foi confirmada por medida cautelar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em 07 de outubro de 2010.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não detém quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2010	2011	2012
% da Remuneração Total			
Diretoria Estatutária – Partes relacionadas	0%	0%	0%
Conselho de Administração – Partes relacionadas	62%	58%	40%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os pagamentos de proventos aos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária foram decorrentes exclusivamente das funções que desempenharam na Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há quaisquer pagamentos a membros do Conselho ou da Diretoria Estatutária reconhecidos em controladas do Emissor.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações julgadas relevantes relativas a este item são as apresentadas nos itens 13.1 a 13.15.

ANEXO VI**PROPOSTA PARA AUMENTO DE CAPITAL**

Conforme o Anexo 14 da instrução CVM nº 481/09

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

O valor do aumento de capital é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e o capital social após o aumento será de R\$ 321.000.000,00 (trezentos e vinte e um milhões de reais).

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

O aumento de capital será realizado integralmente através da capitalização de reservas, sem emissão de novas ações:

- Capitalização integral da Reserva de Incentivo Fiscal de redução de IRPJ, reconhecido no resultado do exercício de 2012, no valor de R\$ 701.651,33,
- Capitalização parcial da Reserva Especial referente ao exercício de 2006, no valor de R\$ 298.348,67.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Trata-se da capitalização de recursos liberados pela SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - no exercício de 2012, provenientes do benefício fiscal da redução por reinvestimento do IRPJ devido.

Com a aprovação da proposta de aumento de capital, o Art. 3º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação:

“3.1. Capital Subscrito – O capital subscrito e integralizado é de R\$ 321.000.000,00 (trezentos e vinte e um milhões de reais), dividido em 31.485.170 (trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 (catorze milhões, quinhentas e dezoito mil, cento e cinquenta) ações ordinárias e 16.967.020 (dezesseis milhões, novecentas e sessenta e sete mil e vinte) ações preferenciais.”

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

- a. Descrever a destinação dos recursos
- b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
- d. Informar se a subscrição será pública ou particular
- e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos
- f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública
- g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital

- h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento
- i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha
- j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado
- k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão
- l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:
 - i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos
 - ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos
 - iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses
 - iv. Cotação média nos últimos 90 dias
- m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos
- n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão
- o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas
- p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito
- q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras
- r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital
- s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens
 - i. Apresentar descrição completa dos bens
 - ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social
 - iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

O aumento de capital será realizado integralmente através da capitalização de reservas sem emissão de novas ações.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

As ações não possuem valor nominal e não serão distribuídas novas ações aos acionistas.

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Não serão emitidas novas ações, portanto não ocorrerá modificação no número de ações emitidas pela Companhia.

- c. Em caso de distribuição de novas ações
 - a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
 - b. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações
 - c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
 - d. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995
 - e. Informar o tratamento das frações, se for o caso
- d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976
- e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

O aumento de capital será realizado sem modificação no número de ações, nem distribuição de novas ações entre os acionistas, não se aplicando, portanto, o parágrafo 3º do art. 169 da Lei nº 6.404/76.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

- a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
- b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não se aplica.

ANEXO VII**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS**

Art. 1º - DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE - A sociedade anônima regida por este Estatuto, denominada **ELEKEIROZ S.A.**, com duração por tempo indeterminado, tem sua sede e foro no Município de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, e poderá instalar filiais, dependências ou representações no País ou no exterior, a critério do Conselho de Administração.

Art. 2º - OBJETO – A sociedade tem por objeto:

- a) o desenvolvimento, industrialização, importação, exportação, armazenagem, distribuição, representação, transporte e comercialização de produtos químicos, petroquímicos e seus derivados;
- b) a prestação de serviços técnicos ou administrativos, relacionados ao objeto social; e
- c) a participação em outras sociedades.

Art. 3º - CAPITAL AUTORIZADO - O capital social autorizado é de 105.000.000 (cento e cinco milhões) de ações escriturais, sendo 35.000.000 (trinta e cinco milhões) ordinárias e 70.000.000 (setenta milhões) preferenciais.

- 3.1. **Capital Subscrito** – O capital subscrito e integralizado é de R\$ 321.000.000,00 (trezentos e vinte e um milhões de reais), dividido em 31.485.170 (trinta e um milhões, quatrocentas e oitenta e cinco mil, cento e setenta) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 (catorze milhões, quinhentas e dezoito mil, cento e cinqüenta) ordinárias e 16.967.020 (dezesseis milhões, novecentas e sessenta e sete mil e vinte) preferenciais.
- 3.2. **Emissão e Colocação de Ações** - Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão e colocação de ações, nos limites do capital autorizado, fixando o respectivo preço e demais condições de emissão. A sociedade poderá: (i) emitir ações ou aumentar o capital autorizado sem observar as proporções entre as espécies de ações então existentes, até o limite de 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais; (ii) emitir ações para subscrição com recursos oriundos de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional ou setorial.
- 3.3. **Ações Escriturais** - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito, em instituição financeira autorizada, em nome de seus Efetivos, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da já mencionada lei.
- 3.4. **Mudança de Espécie** - As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias. As ações ordinárias são conversíveis em ações preferenciais, por deliberação da Assembleia Geral.
- 3.5. **Direito de Preferência** – As emissões para venda em Bolsas de Valores, subscrição pública e permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos antigos acionistas (artigo 172 da Lei nº 6.404/76).
- 3.6. **Opção de Compra de Ações** – Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser outorgadas opções de compra de ações a administradores e empregados da própria sociedade e de empresas por ela controladas.
- 3.7. **Ações Preferenciais** – As ações preferenciais, sem direito a voto, terão as seguintes vantagens:
 - a) prioridade, em relação às ações ordinárias, no recebimento do dividendo obrigatório;
 - b) dividendo, por ação preferencial, nunca inferior ao que for atribuído a cada ação ordinária;
 - c) participação nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros;
 - d) prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da companhia;
 - e) direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a que lhes assegure preço unitário igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;

f) dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 (dois reais) por mil ações, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

3.8. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76, se a sociedade deixar de pagar o dividendo prioritário mínimo por três exercícios consecutivos.

3.9. Aquisição das Próprias Ações - A sociedade poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las, mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou ainda utilizá-las no âmbito do plano de opções de compra de ações.

Art. 4º - ASSEMBLEIA GERAL - Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral serão presididos pelo Diretor Presidente e, na sua ausência, por outro diretor ou conselheiro, e secretariados por um acionista designado pelo presidente desses trabalhos.

Art. 5º - ADMINISTRAÇÃO - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

5.1. Proventos dos Administradores - Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros. Para o pagamento da remuneração, a Assembleia Geral fixará verba global e anual, ainda que sob forma indexada, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização dessa verba. Caberá igualmente ao Conselho de Administração regulamentar o rateio da participação devida aos próprios membros desse Conselho e aos membros da Diretoria, que corresponderá a, no máximo, 0,1 (um décimo) do lucro líquido apurado em balanço, não podendo, porém, exceder ao somatório da remuneração atribuída aos administradores no período a que se referir o balanço que consignar a mencionada participação.

5.2. Conselho de Administração - O Conselho de Administração compor-se-á de 3 (três) a 9 (nove) membros efetivos e terá 1 (um) Presidente e até 2 (dois) Vice-Presidentes, que os Conselheiros designarão entre seus pares. Dentro desses limites, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar, preliminarmente, o número de Conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato. Na mesma Assembleia Geral serão eleitos 2 (dois) membros suplentes, que, a critério do Conselho de Administração, poderão ser convocados para substituir membro efetivo ausente.

5.2.1. O prazo de gestão dos Conselheiros é de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio.

5.2.2. Em caso de vaga de Conselheiro, os remanescentes poderão dar-lhe substituto para concluir a gestão, se não preferirem aguardar a primeira Assembleia Geral Ordinária, para preenchimento do cargo.

5.2.3. Compete ao Presidente, ou seu substituto, convocar as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração, bem como indicar dentre os demais Conselheiros aquele que o substituirá em casos de ausência ou impedimento.

5.2.4. As reuniões ordinárias do Conselho realizar-se-ão pelo menos uma vez por trimestre para aprovação dos demonstrativos econômico-financeiros da sociedade, instalando-se com a presença da maioria absoluta de seus membros.

5.2.4.1. As deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

5.2.5. Compete ao Conselho de Administração:

- a) deliberar sobre a expansão e diversificação de atividades da sociedade;
- b) encaminhar à Assembleia Geral propostas da Diretoria sobre: (i) incorporação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade; (ii) resgate ou conversão de ações, obrigações ou debêntures; (iii) concordatas ou falências;
- c) escolher e destituir os auditores independentes;
- d) deliberar sobre o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, "ad referendum" da Assembleia Geral;

- e) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;
- f) deliberar sobre a aprovação de qualquer operação que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da sociedade que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da sociedade cujo valor seja superior, individual ou agregado, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da sociedade; e,
- g) deliberar sobre a prestação de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a obrigações de terceiros.

5.3. Diretoria – A Diretoria compor-se-á de 2 (dois) a 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e de Diretor, podendo integrá-la até 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração. Um mesmo diretor poderá ser designado, em caráter efetivo ou interino, para exercer cumulativamente mais de um cargo. Não poderá ser eleito diretor quem já tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade na data da eleição.

5.3.1. Ao Diretor Presidente, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, caberá orientar e coordenar todas as atividades da Companhia, cabendo-lhe, ainda, designar as áreas que serão dirigidas pelos demais membros da Diretoria.

5.3.2. Os diretores exercerão os mandatos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão nos cargos até a posse dos substitutos.

5.3.3 Compete à Diretoria a administração e a representação da sociedade.

5.3.3.1. Dois diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente, terão poderes para aprovar qualquer operação que não tenha sido previamente aprovada no orçamento anual ou plurianual da sociedade que envolva a aquisição, alienação, investimentos, desinvestimentos, oneração ou transferência de qualquer ativo da sociedade cujo valor seja inferior, individual ou agregado, para o mesmo tipo de operação, a 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço patrimonial auditado da sociedade.

5.3.3.2. Dois diretores quaisquer, em conjunto, terão poderes para constituir, em nome da sociedade, procuradores “ad negotia” ou “ad judicia” para praticarem os atos que lhes forem especificados, agindo isoladamente ou em conjunto, conforme for determinado no mandato. Todos os mandatos, exceto os judiciais, terão obrigatoriamente prazo de validade, não superior a 1 (um) ano.

5.3.4. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, caberá ao Conselho de Administração decidir sobre o provimento ou não do cargo, interinamente.

Art. 6º - CONSELHO FISCAL - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76.

Art. 7º - EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, sendo facultado o levantamento de balanços intermediários em qualquer data.

Art. 8º - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - Juntamente com as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes:

- 8.1. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- 8.2. será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 9º e às seguintes normas:

- a) em primeiro lugar, será atribuído o dividendo prioritário mínimo anual e não cumulativo (artigo 3º, 3.7, “b”), às ações preferenciais;
- b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário mínimo anual e não cumulativo das ações preferenciais;
- c) as ações de ambas as espécies participarão da importância que remanescer da importância destinada a dividendos aos acionistas, em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual e não cumulativo das preferenciais.

8.3. o saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação da reserva de que trata o artigo 10, “ad referendum” da Assembleia Geral.

Art. 9º – DIVIDENDO OBRIGATÓRIO – Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

9.1. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da Reserva Especial será creditada à mesma reserva.

9.2. Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Art. 10 – RESERVA ESPECIAL – Sob esta denominação será constituída reserva especial objetivando possibilitar a formação de recursos com as seguintes finalidades: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários, distribuíveis por deliberação do Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral.

10.1. Esta reserva será formada: a) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; b) pela parcela revertida da Reserva de Lucros a Realizar para Lucros Acumulados, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; c) pelo crédito da parcela do dividendo obrigatório a que se refere o subitem 9.1.

10.2. Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo saldo não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

10.3. A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição, e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas em função da natureza dos acionistas.